



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ata n.º 292** -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação das atas n.ºs 290 e 291, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2013, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2013, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA ";-----

----- Ponto quatro: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento da Derrama, referente ao ano 2012, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, referente ao ano 2012, de acordo com o estabelecido na alínea h), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA ";-----

----- Ponto seis: "Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos investimentos: "Centro Escolar de Sangalhos"; Beneficiação do troço entre a EM 612 e a Rotunda da EN 1/IC 2 (Rotunda da EB 2/3 de Anadia)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação do Cruzamento da EN 334 /São Lourenço do Bairro) ao Cruzamento da EN 333-1 (Ancas)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação da EM 602, entre a Rotunda de Levira e o Cruzamento com o CM 1670"; "Beneficiação do CM 1670, entre os Cruzamentos da EM 602 e da EM 630"; "Beneficiação do Troço da EM 331, entre a Relvada e a EM 602 (Bemposta)" e "Pista de BMX", de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA ";-----

----- **Período de Intervenção do Público:**-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.*-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e catorze minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS.-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----

----- Não compareceu à sessão o seguinte Senhor Deputado Municipal, do indicado Grupo Municipal (GM):-----

- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS;-----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----

- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----
- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----
- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e oito de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, de imediato, início ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: "Apreciação e votação das atas números duzentos e noventa e duzentos e noventa e um, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA".-----
- Nessa conformidade, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de discussão da ata número duzentos e noventa, da sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e doze, tendo concedido a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----
- "Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara. Demais colegas.-----
- Relativamente às atas, o CDS, e pessoalmente eu, mais uma vez venho manifestar a minha total incompreensão sobre a forma como as mesmas são redigidas. Mais uma vez confirma-se a tentativa de adulteração das atas. Vamos continuar a persistir na forma, ou falta dela, como as mesmas atas têm sido elaboradas ao longo dos tempos.-----
- Eu vou só citar aqui um manual que ensina como é que se devem elaborar as atas: "A ata como refere Roque Laia, é o documento onde se faz o relato oficial de tudo o que se passou e decidiu durante a sessão numa reunião para decidir em conjunto. As atas devem ser elaboradas de uma forma clara, simples e concisa."-----
- Fico-me por aqui. Basta só dizer isto: estas atas, com as quais a Mesa da Assembleia nos tem brindado, são tudo menos claras, simples e concisas. Por esse motivo, mais uma vez, venho manifestar o meu voto contra a forma como as atas são elaboradas. E quero que este



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

voto de vencido fique a constar, mais uma vez, da próxima ata. Muito obrigado.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que enquanto Presidente da Assembleia Municipal reteria o direito de resposta ao Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, para o informar, e a toda a Assembleia, que era a segunda vez que o Senhor Deputado se dirigia nos mesmos termos à Assembleia, nomeadamente à Mesa e à feitura da ata.-----

----- Não deixou, entretanto, de chamar a atenção dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular que tinha ficado acordado numa sessão cuja ata estava precisamente a votação, que iriam ouvir a gravação dessa sessão, no sentido de tentar perceber se efetivamente havia o que o Senhor Deputado referia como adulteração e outras terminologias que se encontravam escritas na ata.-----

----- Aproveitou, igualmente, para informar o plenário de que o Senhor Deputado não apareceu nessa reunião, para a qual tinha sido expressamente convidado e convocado. Referiu, entretanto, e dirigindo-se ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, que não valeria a pena estarem a discutir mais o assunto, adiantando que o Senhor Deputado teria todo o direito de exercitar o seu voto de vencido, mas como deveria compreender, o que estava naquele momento a exercitar era uma mentira e, como tal, competia à Mesa da Assembleia analisar essa situação e dela retirar as ilações que entendesse por convenientes.-----

----- Assim, concluiu que o Senhor Deputado já tinha feito o seu esclarecimento, ainda que nada tivesse acabado por dizer sobre o que se encontrava adulterado daquela vez, porque provavelmente não estava, assim como também já não estava da vez anterior, porquanto o que estava na ata era exatamente o que tinha sido dito na sessão da Assembleia correspondente. E, portanto, como o Senhor Deputado nada tinha dito, pensava não ter qualquer reparo a fazer à ata, para além de que o comentário que tinha tecido não estava de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal. Adiantou, também, que se calhar o Senhor Deputado deveria ter colocado as questões que entretanto tinha colocado quando foi discutida a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal e estiveram presentes os Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular. Logo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou que o Senhor Deputado tinha exercido o seu direito em relação à ata número duzentos e noventa.-----

----- Não havendo mais pedidos para intervir no período de discussão da ata número duzentos e noventa, da sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e doze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à votação daquela ata, após o que anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com uma abstenção, do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, um voto contra, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e trinta votos a favor dos restantes Senhores Deputados dos Grupos Municipais do PPD/PSD, do PS, e da CDU presentes naquela sessão da Assembleia Municipal, com a ausência na sala dos Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mónica Rita Pimenta Lousado, do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal do PS, André Miguel Matos Beja Henriques, também do Grupo Municipal do PS, e César Henrique Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho.-----

----- Decorrida a votação da ata número duzentos e noventa, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de discussão da ata número duzentos e noventa e um, da sessão ordinária de catorze de junho de dois mil e doze. Para intervir naquele período, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Relativamente à ata duzentos e noventa e um, faço minhas as palavras do que tenho mencionado relativamente às atas anteriores, nomeadamente no que diz respeito à forma como as atas devem ser elaboradas pela Mesa da Assembleia Municipal. As atas da Assembleia Municipal são tudo menos claras, simples e concisas. Mais não são do que um arrazoado...."-----

----- Entretanto, foi estabelecido o seguinte diálogo entre os Senhores Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular:-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "Senhor Deputado, eu vou-lhe retirar a palavra se o Senhor não concretizar o que está a dizer e depois o Senhor chama-me aquilo que quiser."-----

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "Faça como entender. Já me retirou na anterior. Se quiser retirar agora, retire. Faça como bem quiser."-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "O Senhor Deputado tem que ser concreto e dizer efetivamente em que página, em que linha, em que assunto efetivamente isso está assim."-----

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "Eu vou-lhe dizer. Se o Senhor me tivesse deixado falar na situação anterior, eu ia-lhe perguntar se acha normal, Senhor Presidente, que se escreva em ata o seguinte, em discurso direto."-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "Página e linha, por favor."-----

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "Sim, já lhe digo a página e a linha, não se preocupe com a página e com a linha."-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "Não, mas eu quero acompanhar o Senhor, preciso de saber qual é a página e a linha. Eu e os outros."-----

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "Então eu digo-lhe a página, Senhor Presidente, mas depois não escreva isto que eu estou a dizer agora. A página quatro da duzentos e noventa, não é desta, é da anterior."-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "Não, o Senhor está a discutir esta ata não é a anterior."-----

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "O Senhor não me deixou falar na anterior."-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "O Senhor quer discutir esta ata? Se quer



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discutir esta ata, está a fazê-lo, se fizer favor. Se é para discutir a anterior, não pode, desculpe. Já passámos, já foi votada e o Senhor foi o único que votou contra. O Senhor já reparou que teve trinta e uma pessoas a votar a favor da ata? Qualquer coisa está mal. Somos todos que estamos mal?"-----

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "Não me admiro nada, Senhor Presidente. Mas é que eu não me admiro nadíssima."-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "Então, olhe, agora sinto-me eu e os meus colegas altamente."-----

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "Deixe-me só dar-lhe um exemplo."-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "Faça favor. Ata duzentos e noventa e um?"--

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "E se for da duzentos e noventa, qual é o problema?"-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "Não pode, Senhor Dr.. Já passámos esse ponto."-----

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "É um exemplo, Senhor Presidente."-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: "Não é, Senhor Dr., desculpe. Desculpe, Senhor Cândido, por favor retire o microfone ao Senhor Deputado. Ou trabalha sobre a ata duzentos e noventa e um ou não fala, desculpe."-----

----- Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco: "Faça favor de retirar. O Senhor está-se a comportar como um tirano, que é o que o Senhor é."-----

----- Não havendo qualquer outro pedido de esclarecimento sobre a ata número duzentos e noventa e um, da sessão ordinária de catorze de junho de dois mil e doze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sua votação, após o que anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com uma abstenção, do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, um voto contra, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e trinta votos a favor dos restantes Senhores Deputados dos Grupos Municipais do PPD/PSD, do PS, e da CDU presentes naquela sessão da Assembleia Municipal, com a ausência na sala dos Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, André Miguel Matos Beja Henriques, também do Grupo Municipal do PS, e César Henrique Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho.-----

----- Decorridas as votações das atas números duzentos e noventa e duzentos e noventa e um, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto desse período de antes da ordem do dia: "Intervenções dos Senhores Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA".-----

----- Uma vez iniciado o período destinado às intervenções dos Senhores Deputados Municipais, e para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Depois de cumprimentar os presentes, naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado interpelou o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao processo de reestruturação do mapa judiciário. Procurou, então, saber se haveria alguma novidade que tivesse ocorrido desde a última Assembleia Municipal, porque, tratando-se de um assunto naturalmente preocupante, não era preciso insistir. Contudo, não deixou de fazer referência ao caso de homicídio que estava a decorrer, muito mediatizado, que em vez de ser julgado no Tribunal de Oliveira do Bairro, por falta de instalações, estava a ser julgado no Tribunal de Anadia.-----

----- Portanto, lembrando que o processo de reestruturação do mapa judiciário alegava razões económicas, perguntou como seria possível haver alguma economia, quando se previa desativar grande parte das valências do Tribunal de Anadia, que tem instalações, e ao mesmo tempo prever-se construir um Tribunal novo, a cinco quilómetros de distância de Anadia. Confessou, assim, não entender as razões económicas que alegadamente inspiravam a reestruturação do mapa judiciário e, nesse sentido, perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se haveria alguma novidade sobre esse processo.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Eu às vezes não sei se valerá a pena estar aqui a defender aqueles que nos elegeram porque efetivamente a desmotivação e a forma como somos tratados, os poucos que ainda fazem qualquer tipo de intervenção, porque nesta casa reconduzem-se certamente aos dedos de uma mão os Deputados que têm a coragem para fazer qualquer tipo de intervenção, a coragem, ou alguns até a autorização para as fazer.-----

----- Mas, continuando na nossa luta, que é defender os munícipes de Anadia e o nosso Município, eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente de Câmara, se acha normal, desde dois mil e nove, momento em que foi criado o Fundo Social, que apenas tenham existido treze candidaturas, pelos vistos nem todas foram aprovadas. Portanto, estamos em dois mil e doze, atenção, em finais de dois mil e doze. Apenas treze candidaturas ao Fundo Social, num concelho com o nosso tamanho, com a nossa população, quase trinta mil pessoas, apenas treze candidaturas e pelos vistos nem todas foram aprovadas. Portanto, destas treze, provavelmente, diga-me o Senhor Presidente de Câmara, mas quantas é que foram aprovadas? Dez?-----

----- E que o Senhor ainda se venha gabar para os jornais da nossa terra, que obviamente lhe dão todo o apoio e camaradagem, outra coisa não seria de esperar, até porque também precisam, venham dizer para os jornais que o Senhor despende, a sua Câmara despende de mil euros por mês para ação social no município. O Senhor deve-se sentir muito orgulhoso, Senhor Presidente, porque, para mim, não passa de uma vergonha, um município como o de Anadia, com os casos de miséria que existem, que a ação social continue a ser zero no concelho de Anadia. Nós não temos ação social nenhuma. Há famílias a passarem privações, há pais que não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podem levar os filhos para a escola, não têm dinheiro para os livros, não têm dinheiro para os transportes, e o Senhor, a única coisa que tem, é um boletim com três meses de atraso que lhe deve custar uns milhares de euros por mês.-----

----- Portanto, Senhor Presidente, a pergunta é esta: vai continuar com esta política inexistente de ação social no concelho de Anadia? Que políticas é que o Senhor tem para fazer face à crise? A pergunta é muito simples e gostaria que tivesse resposta. Muito obrigado.”-----

----- No seguimento das intervenções feitas pelos Senhor Deputado Cardos Leal e João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às mesmas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, depois de cumprimentar os presentes, começou por fazer um pequeno parêntesis relativamente a alguma agitação que estava a ser verificada, considerando que deveria ser feito um esforço, no sentido de gerir aquelas crises de maneira a não passarem por falta de educação a tanta gente, porque a maioria das pessoas estava felizmente naquela sala com princípios educativos e de relações humanas muito importantes.---

----- Em resposta à interpelação efetuada pelo Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, começou por dizer e lamentar o facto de não haver qualquer evolução oficial, nem qualquer comunicação feita à Câmara Municipal para além do que já tinha informado a Assembleia Municipal em anterior sessão. Considerou, então, que a razão para não haver qualquer evolução se prendia com o facto de as pessoas que se encontram nesses setores virem demonstrando alguma hesitação em concluir as reformas, ao caso, por se tratar de uma das reformas que dizem ter sido imposta pela *Troika*, apesar de a *Troika* não dizer como elas se fazem concretamente.-----

----- Assim, considerou que competia aos portugueses, ao Governo português, fazer essas reformas e fazê-las de acordo com os interesses máximos dos seus habitantes. Acrescentou, também, que não se poderia fazer uma reforma contra as pessoas, e em especial num momento de crise como o presente, porque se poderia penalizar as pessoas, criando situações de diferenças abismais, mais do que as que já havia, e não constituindo isso reformas sérias.---

----- Em relação ao caso da reforma judiciária que pretendiam implementar no Município de Anadia, e que tinha sido referido pelo Senhor Deputado Cardoso Leal, lamentou o facto de ter de ser feito um julgamento no Tribunal de Anadia, um tribunal que iria ver as suas valências desaparecerem, em que os arguidos não pertenciam ao concelho de Anadia, concluindo que as autoridades deveriam parar para pensar nessa situação.-----

----- Aproveitando para relacionar a questão, não deixou, igualmente, de comentar o facto de ter sido tomada a decisão de parar a obra de uma escola nova, o que em sua opinião constitui uma vergonha, não para quem a iniciou, mas para quem a fez parar, principalmente porque foi parada, não para resolver os problemas financeiros do país, mas para criar problemas enormes aos empreiteiros e, naturalmente, ao próprio concelho de Anadia. Referiu, mesmo, não compreender, em tempo de crise, a decisão de um Governo de parar com uma escola e avançar com um tribunal a poucos quilómetros do Tribunal de Anadia.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado Cardoso Leal, disse que a questão tinha sido bem colocada pelo Senhor Deputado e, declarando-se revoltado, concluiu que a mesma demonstrava exatamente o desalinho no pensamento dos atuais governantes. Acrescentou, ainda, que toda aquela situação deveria ser ponderada e que deveriam ser passadas aquelas notícias, porque a Câmara não estava disponível para aceitar aquele tipo de reforma judiciária. Contudo, e por pensar que não fazia mesmo sentido que promovessem qualquer tipo de reforma daquela natureza sem consultar a Câmara Municipal, disse que iriam ficar a aguardar as comunicações, aproveitando para recordar que tinha pedido uma audiência à Senhora Ministra da Justiça, que lhe tinha dito que o iria receber, mas que, no final, acabou por ser recebido por um perito.-----

----- Concluiu, portanto, que o Senhor Deputado Cardoso Leal estava a pugnar pela defesa do interesse do tribunal, mas não deixou de lamentar que, provavelmente, aquela situação iria naturalmente avançar, pelo que apelou à Assembleia para, como ele próprio, estar atenta nesse sentido.-----

----- Concluída a resposta à intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a responder à intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou, assim, por esclarecer que o Executivo Municipal já tinha apreciado cerca de trinta candidaturas à medida Fundo Social Municipal, ainda que algumas não tivessem sido aprovadas por não cumprirem o regulamento do respetivo Fundo Social, adiantando que todas as decisões sobre as candidaturas tinham sido tomadas por unanimidade.-----

----- Contudo, não deixou de reconhecer a existência de problemas pessoais, financeiros, nas escolas, que tinham sido falados, mas esclareceu que esses problemas não tinham enquadramento naquela ação, que adiantou não ser a ação social da Câmara Municipal. Acrescentou, assim, que a Câmara Municipal dá refeições a centenas de alunos, dá transporte a centenas de alunos, dá subsídios para comprar os livros, pelo que só quem não andaria atento é que poderia pensar que a ação social da Câmara Municipal seria apenas o Fundo Social.-----

----- Aproveitou para lembrar que a medida Fundo Social tinha por objetivo, nomeadamente, apoiar pessoas que se encontravam em situação de desemprego, entre outros fatores, pelo que considerou que não seria feita a justiça social pretendida pela Câmara, assoberbando com subsídios pessoas que já tinham o suficiente para viver.-----

----- Finalizados os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes naquela sua primeira intervenção da sessão, começou por falar da questão da consulta aberta em Anadia. Nesse sentido, e por considerar que numa altura em que o povo português estava a ser confrontado com uma austeridade terrível, e em especial os munícipes do concelho de Anadia, na área da saúde, e perante as afirmações de alguns políticos do país, de que a crise e as dificuldades eram



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

criadas por alguns políticos, o Senhor Deputado interpelou o Senhor Presidente da Câmara, tendo em atenção as dificuldades que os utentes sentiam na consulta aberta em Anadia, sobre qual a posição da Câmara Municipal perante o presente e o futuro daquela unidade de saúde. Adiantou, ainda, que os doentes do concelho estavam a ser operados nos hospitais centrais e a serem lançados como lixo para as suas residências, porque inclusivamente o Hospital José Luciano de Castro, que tinha sido apontado como uma unidade de serviços paliativos e continuados, atualmente não estava a funcionar como tal. Por isso, reforçou a pergunta ao Senhor Presidente sobre qual a posição da Câmara num momento tão difícil, em que as famílias e os desempregados já tinham algumas dificuldades em fazer face aos custos para se alimentar.-----

----- Entretanto, disse ter uma petição de uma munícipe do concelho de Anadia sobre um assunto deliberado e aprovado em reunião de Câmara de dois mil e dez, no sentido de homenagear as Irmãs de S. Vicente Paulo, que numa altura tão difícil, nos anos mil novecentos e quarenta, prestaram um trabalho, durante a sua vida, às populações do concelho de Anadia, matando-lhes, inclusivamente, a própria fome. Explicou, assim, que essa Senhora tinha apresentado uma petição, a qual tinha sido aprovada em reunião de Câmara pelo Senhor Presidente e por todos os Vereadores, para que fosse dado o nome das Irmãs de S. Vicente Paulo a uma rua ou ao alto da Avenida. Portanto, informou que a munícipe pretendia saber se a Câmara Municipal de Anadia tinha algum nome em alternativa, uma vez que a placa que tinha sido colocada no alto da Avenida com o nome das Irmãs de S. Vicente Paulo tinha sido retirada. Concluiu, perguntando uma vez mais ao Senhor Presidente da Câmara qual a alternativa, ou se daria o assunto como encerrado, para poder dar uma resposta à Senhora.-----

----- Para uma segunda intervenção, e uma vez concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Relativamente à questão do tribunal, acho muito pertinente a intervenção do PS. Inclusivamente parece que vamos passar para o distrito judicial do Porto, não tenho a certeza, ou pelos vistos estão-nos a tentar, de alguma forma, no que diz respeito a algumas profissões forenses, dividirem Anadia, e a Mealhada também, das suas fronteiras atuais e de alguma maneira nos colocarem em estrita ligação com o Porto.-----

----- No entanto, não queria ir por aí, porque, melhor do que ninguém, deveria o nosso Presidente de Câmara dar-nos conhecimento do estádio da situação. Efetivamente, eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente de Câmara, embora tenha só sido recebido pelo Chefe de Gabinete da Ministra da Justiça, que pelos vistos é do PSD também, deve ser muito sua amiga. Não é assim tanto, portanto, o Senhor veja lá as influências que consegue ter junto do seu partido para fazer alguma coisa por Anadia, porque até agora tem feito muito pouco. Fale lá com a sua amiga Ministra, que pode ser que ela consiga resolver o problema.-----

----- Agora, gostaria era de lhe perguntar a quantas reuniões é que o Senhor foi com os seus



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colegas Presidentes de Câmara, e que foram quase todos, senão todos, exceto o Senhor Presidente de Câmara de Anadia, como é óbvio, às reuniões da Ordem dos Advogados com o Senhor Bastonário. A quantas reuniões é que o Senhor foi? Eu gostava que elucidasse aqui a Assembleia Municipal, a quantas reuniões é que o Senhor foi à Ordem dos Advogados, em Lisboa, ter reuniões com todos os seus colegas Presidentes de Câmara e com o Bastonário da Ordem dos Advogados. Sim, porque nós precisamos de um bom representante.-----

----- Portanto, eu gostaria que o Senhor dissesse a esta casa quais têm sido as suas movimentações para efetivamente exercer alguma influência. E mais. Já que está a falar de uma infraestrutura tão importante como o tribunal, falaria, também, por exemplo, da questão da escola da Parque Escolar, da C+S. E não me venha com a história da minha mãe, por amor de Deus. Porque fale é com a sua amiga do PSD, porque ela esta semana veio dizer para os jornais que a escola da Gafanha da Nazaré está a ser construída. Onde é que anda o Senhor Presidente de Câmara? Fale com os seus amigos do PSD. Vá-lhes pedir verba para acabarem a nossa escola que está ali a cair aos bocadinhos. E é nova, tem lá a camada de betão toda já instalada, só falta é o resto. Fale com a sua amiga Diretora do PSD para resolver o problema, porque pelos vistos ela já veio dizer para os jornais que não está na esfera de competência dela tratar do assunto da Parque Escolar. Não, não é da minha competência. Mas gosta de mandar a facadita. Manda-lhe a facadita, Senhor Presidente de Câmara. Fale com ela, que ela é sua amiga, é do seu partido. Fale com ela e pergunte-lhe a que propósito é que ela vem dizer, então, que as outras escolas estão a ser acabadas, só a de Anadia é que não.-----

----- E já agora que estamos a falar de infraestruturas tão importantes como é o Tribunal e a Escola C+S, vamos falar do Hospital, como falou o Senhor Deputado João Morais, e muito bem. Que medidas é que o Senhor está a tomar para, junto do seu partido, junto do seu Ministro do PSD, não mandar outra vez o Hospital para a Misericórdia, porque é isso que anda aí na ordem do dia. Se a Misericórdia fica com o Hospital, falando curto e grosso, os Anadienses ficam sem saúde em Anadia.-----

----- Portanto, e quero que o Senhor, como Presidente de Câmara e responsável máximo desta Autarquia, do Município, tome iniciativas e diga a esta casa que iniciativas é que está a tomar para exercer influência junto dos seus amigos do PSD, porque nós vamos perder o Hospital, nós vamos ficar com uma Escola por acabar e vamos perder o Tribunal. Que iniciativas é que estão a ser tomadas, Senhor Presidente, diga a esta casa. Tem essa obrigação. Espero que o Senhor nos diga alguma coisa de novo e não sempre as mesmas balelas.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para fazer uma pequena retificação, quanto a uma questão de pormenor, esclarecendo não existir qualquer Escola C+S a ser construída no concelho de Anadia, mas uma Escola Básica e Secundária.-----

----- Prontamente, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados João Morais, do Grupo Municipal da CDU, e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à intervenção efetuada pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular. Sobre a mesma, começou por declarar ter muita honra e orgulho de ser do PSD e esclareceu que o Presidente da Câmara nunca necessitou de, para o pouco que fez, fazê-lo através de tráfico de influências, como afinal dava a ideia de ser a forma de trabalhar do CDS, a julgar pelas palavras do Senhor Deputado, porque, acrescentou, era isso que o Senhor Deputado queria dizer e, portanto, era muito grave.-----

----- Quanto às reuniões, esclareceu o Senhor Deputado que a Câmara Municipal sempre que é solicitada por qualquer membro do Governo ou algum tipo de Instituição oficial, o Presidente lá estará ou far-se-á representar.-----

----- Entretanto, perguntou ao Senhor Deputado se poderia falar com possibilidade de fundamentar o que tinha dito relativamente à associação de Anadia com o Porto, de modificar fronteiras, de Mealhada.-----

----- Aproveitou, também, para referir que se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fosse tão exigente nas atas, escrevendo o que o Senhor Deputado dizia, como o Senhor Deputado queria, e se manifestou logo no início da sessão, as atas teriam o *Guinness* em muitas afirmações que o Senhor Deputado fazia nas sua intervenções naquela Assembleia.-----

----- A concluir, referiu, ainda, que estranhamente, e com tantos assuntos úteis a falar na Assembleia, a conversar com lealdade, com frontalidade, fazendo naturalmente oposição séria, discutindo os problemas e chegando a soluções mais vantajosas para o concelho, independentemente do partido que as apresentasse, afinal todo o tempo era consumido apenas por um Senhor Deputado. Adiantou, mesmo, que e se o Senhor Presidente da Assembleia pudesse dar o tempo que o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco já tinha recebido, não daria o mesmo tempo a todos os Senhores Deputados que ali se encontravam e que tinham responsabilidade na governação, quer das freguesias, quer do acompanhamento democrático do País, porque eles, sim, eram verdadeiros democratas, tinham sido eleitos por muita gente, e disse não restavam dúvidas, apesar de saber que os outros também tinham sido eleitos democraticamente, mas teriam de reconhecer que a sua representatividade era muito pequena e seria cada vez mais pequena.-----

----- Passando a responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por afirmar que a saúde também era um problema para o Presidente da Câmara de Anadia. E, como vinha assistindo a tanta complicação no concelho de Anadia, com a Câmara a falar com os responsáveis da saúde, os Ministros a virem a Anadia, a reunirem-se aí, e a Câmara a queixar-se da falta de médicos na Consulta Aberta e os responsáveis a prometerem e a não cumprirem, disse que o Senhor Deputado tinha razão, era uma desgraça. Referiu, também, que os munícipes, e quase o país inteiro, estavam a fugir do Serviço Nacional de Saúde, tal o estado caótico em que se encontra, por força dos cortes a que está sujeito. E, então, acrescentou que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com cortes na saúde, na educação, no social, era evidente que o povo sofria, mas principalmente com falta de saúde não era o mesmo e, a continuar assim, considerava que as pessoas iriam morrer em casa. Não obstante, revelou-se esperançado numa inversão da situação.-----

----- Relativamente à posição da Câmara Municipal, disse que não a poderia dar porque o Executivo não tinha reunido para o efeito. No entanto, adiantou ao Senhor Deputado que pessoalmente estaria disponível, assim como pensava estarem os seus colegas, para lutar por uma boa saúde no concelho de Anadia, logo que visse que a situação estaria a tomar um caminho muito difícil e, acima de tudo, muito prejudicial para os habitantes de Anadia.-----

----- Passando a falar da petição apresentada pela munícipe, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou o Senhor Deputado João Morais de que a situação estava resolvida, apesar de não ter sido fácil, na medida em que no espaço em questão existiam duas casas e, curiosamente, nessas duas casas havia opiniões diferentes, umas a favor do nome e outras a favor de um outro nome, ou pelo menos contra o nome. Não deixou, no entanto, de reconhecer que teria havido alguma precipitação por parte da Câmara Municipal, como já tinha sido reconhecido, também, aos próprios signatários da petição, na decisão tomada sobre a mesma. Informou, ainda, que o Executivo Municipal tinha reapreciado aquela decisão, perante uma reclamação entretanto apresentada pela outra parte interessada, tendo, inclusivamente, solicitado o parecer da Junta de Freguesia.-----

----- Adiantou, a terminar, que o Executivo tinha sugerido à munícipe uma alternativa para homenagear as Irmãs de S. Vicente Paulo, tendo a mesma dito não estar interessada, após o que a Câmara Municipal retirou a placa. E que tinha, igualmente, proposto à munícipe a apresentação de uma sugestão para homenagear as Irmãs, para ser objeto de análise por parte do Executivo, tendo a munícipe declarado não estar interessada e solicitado apenas para lhe ser entregue toda a documentação que tinha acompanhado o processo.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, para exercer o direito de resposta, declarando o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Senhor Presidente. Ainda bem que me deu a oportunidade de eu poder clarificar aí um ponto relativamente à questão das atas. O problema que se passa é precisamente esse. É que enquanto para si tiram o pá, para mim fica lá o pá e a picareta. Está a perceber o que eu lhe quero dizer, Senhor Presidente. Enquanto que para si põem o pá que o Senhor diz, portanto, põem o discurso indireto, não põem o pá, põem o discurso indireto, quando fala o Deputado João Tiago Castelo Branco citam o que eu disse. Isto não é uma forma sucinta e clara de fazer qualquer tipo de ata, Senhor Presidente da Câmara. Portanto, eu peço, intercedo junto do Senhor Presidente de Câmara que pelo menos ponham o pá do Senhor Presidente de Câmara também. Também tem direito a ficar lá o pá do Senhor.-----

----- Portanto, para mim as atas eram muito simples, eram concisas e claras em duas páginas,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em vez de sessenta e sete páginas. É um gastar de papel ao erário público de uma forma inacreditável em tempo de crise. Inclusivamente, até colocava aquela proposta que o CDS já apresentou, mas que nunca é falada, que é, estas Assembleias, atendendo aos meios de comunicação que hoje existem, poderem ser em direto, através da internet, para todas as pessoas que não podem vir a esta Assembleia ouvirem em casa as barbaridades que o Senhor Presidente de Câmara de vez em quando diz, que assim era muito mais justo para a opinião pública tomar uma posição. Aliás, como já fazem em muitos municípios deste País.-----

----- Depois, também relativamente à questão do Fundo Social, Senhor Presidente de Câmara, o Senhor efetivamente só foram treze, se não foram treze, prove perante esta casa que foram trinta. Eu tenho um documento que prova que o último que foi apresentado era o décimo terceiro. Como é que o Senhor Presidente pode estar a dizer que são trinta. Demonstre perante esta casa, aqui e agora, que são trinta. O décimo terceiro foi reprovado pelo Senhor, e sabe por quê, Senhor Presidente? Isto é uma questão muito grave, o que se está aqui a passar em Anadia. O Senhor deturpa a verdade. Um indivíduo pediu apoio económico porque a sua situação económica alterou. Ele vai ter que sair de casa dos seus pais, efetivamente, e não tem possibilidades económicas para se manter em casa dos seus pais, porque os seus pais são idosos e não têm dinheiro. Ora, vindo para a rua, ele pediu apoio à Câmara Municipal porque tem uma pensão muito baixa que não lhe dá inclusivamente para ter um quarto para poder viver. Resposta da sua Técnica num parecer muito sucinto: o que ele quer é sair de casa. Não ouviu os pareceres da psiquiatra, não ouviu os pareceres de outras entidades que se pronunciaram, o que ele quer e sair de casa. A sua Técnica Socióloga tomou esta decisão e os Senhores assinam de cruz. É assim que se tratam as situações dos munícipes em Anadia, independentemente do seu estrato social ou da sua classe, Senhor Presidente? Não é. Clarifique essa situação. São treze as candidaturas e foram muito menos as aprovadas. E não trinta como o Senhor diz perante esta casa.-----

----- Relativamente a outra questão, para terminar, efetivamente o Senhor só se preocupa é com o Tribunal, porque é no tribunal que o Senhor passa a vida. Aliás, o Senhor já tem lá tantos processos, que se calhar não faz outra coisa ao longo da sua vida.-----

----- Senhor Presidente cumpra as decisões nas quais foi condenado e veja se tem respeito pelo Município e tire as devidas consequências naquelas em que foi acusado e porque tem amigos não sei aonde, e isso é que é tráfego de influências, conseguiu safar-se de muitos processos criminais e outros que tais que andam por aí. O Senhor Presidente tem que ter cuidado quando afirma as coisas que afirma porque tem os telhados de vidro. Muito obrigado.”-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Deputado o favor de, com a maior brevidade possível, por escrito, informar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre quando o CDS, ou o Senhor Deputado, tinha solicitado que as sessões da Assembleia Municipal fossem transmitidas para fora de portas, ou utilizado qualquer outro meio técnico para a gravação ou para a manutenção dos registos da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal.-----
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Arcos.-----
----- Naquela sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado começou por cumprimentar os presentes, após o que, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, constatou já ter passado uma hora do início da sessão e, nessa conformidade, disse que gostaria de saber o tempo que tinha sido utilizado pelas bancadas, por considerar e lamentar que o que se estava a passar era tudo menos uma Assembleia.-----
----- Entretanto, e aproveitando o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito sobre a saúde, o Senhor Deputado manifestou a sua preocupação, que disse pensar ser partilhada por todos, com o que se estava a passar com o Centro de Saúde e com a Consulta Aberta. Recordou, então, que na visita do Senhor Ministro, depois de terem estado no Hospital, e já no Centro de Saúde, na cara de toda a gente, a Senhora que acompanhava o Senhor Ministro, tinha mentido ao Senhor Ministro perante toda a gente ali. Dizendo não saber quem seria aquela Senhora, manifestou-se indignado com o facto de a Senhora estar a afirmar que a Consulta Aberta estava a funcionar das oito às vinte e quatro, quando a Consulta Aberta estava a funcionar da uma, concluindo, assim, que em sua opinião aquela Senhora estava a fazer muito mal ao concelho de Anadia.-----
----- Referiu, ainda, que com certeza ela teria algo a ver com a situação, porque, para mais, a Consulta Aberta iria perder o fim de semana, passando da uma da tarde às dez da noite, rematando que qualquer dia não teriam Consulta Aberta. Aproveitou, então, para lamentar tal situação, porque tinha acontecido à frente de toda a gente, e inclusivamente tinha suscitado alguns comentários de médicos presentes, não compreendendo como uma Senhora daquelas estava ali a mentir ao Senhor Ministro. A propósito, comentou que fazia ideia, então, o que se passaria em privado.-----
----- Concluiu, dizendo que pretendia fazer apenas uma chamada de atenção porque qualquer dia Anadia não teria mesmo nada e a sua preocupação com a saúde era a preocupação de todos os utentes.-----
----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Arcos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que nenhum dos Grupos Municipais ultrapassou o tempo que estava previsto para aquela realidade. De qualquer modo, acrescentou que aquele período de antes da ordem do dia tinha um tempo, e mesmo que não fosse utilizado pelos Senhores Deputados, esse tempo esgotar-se-ia, pelo que naquele momento tinham uma hora de tema.---
----- Prontamente, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, para uma segunda intervenção.-----
----- Ainda em relação à Consulta Aberta, o Senhor Deputado explicou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que quando lhe tinha perguntado qual era a posição da Câmara, era por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saber que até ao final do ano, como seria também do conhecimento do Senhor Presidente, a Consulta Aberta iria funcionar até às vinte e duas horas. Mas acrescentou que o que acontecia era que a partir de dois mil e treze seria para encerrar. Portanto, reiterou que quando tinha perguntado qual era a posição da Câmara, pretendia saber se o Senhor Presidente tinha alguma posição pública para contrariar aquela posição.-----

----- No entanto, não deixou de referir que numa altura em que o Governo dizia que era preciso racionar os meios económicos na área da saúde, e no momento distribuía milhões de euros à banca e às empresas que foram privatizadas, e às empresas de distribuição de bens alimentares com sede na Holanda, em sua opinião era uma provocação a todos os portugueses.-----

----- Portanto, considerou que a Câmara de Anadia teria de sair daquela sessão com uma posição de contrariar as medidas que o atual Governo estava a tomar na área da saúde.-----

----- Quanto à questão da atribuição do nome das Irmãs de S. Vicente Paulo ao Largo da Avenida, em sua homenagem às Irmãs, e relativamente à qual o Senhor Presidente tinha dito estar o assunto encerrado, disse que o Senhor Presidente da Câmara não tinha respondido à sua pergunta. Então, e considerando que o Largo do Alto da Avenida não tinha o nome de qualquer personalidade, nem de qualquer munícipe do concelho de Anadia, propôs que fosse substituído o nome por Alto da Avenida, acrescentando também o nome das Irmãs de S. Vicente Paulo, passando, assim, a Alto da Avenida e das Irmãs S. Vicente Paulo.-----

----- Dessa forma, disse que a pessoa que tinha reclamado sobre a posição tomada pela Câmara Municipal já não teria o direito de contrariar o custo da alteração de residência de três euros por cinco munícipes que habitavam essa residência. A terminar, apresentou uma proposta no sentido de a Câmara Municipal repensar aquela medida, uma vez que não iria ao encontro do prejuízo de ninguém e, pelo contrário, serviria os interesses de homenagear uma comunidade que trabalhou no concelho desde mil novecentos e vinte e nove, fazendo voluntariado no Hospital de Anadia apenas em troca da alimentação para sobreviver.-----

----- Para prestar um esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes e de agradecer o tempo cedido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal para intervir, apelou a algum cuidado a ter em situações de alteração do nome de ruas. Explicou, então, que no momento se encontrava a fazer avaliações para as Finanças e via o problema que isso causava às pessoas, porque para mudar o nome de uma rua, ou de um sítio qualquer, implicava que cada munícipe residente nesse sítio, para atualizar a matriz e depois o registo na Conservatória, pagasse, no mínimo, duzentos euros. Portanto, disse que tal não poderia ser feito assim de ânimo leve e recomendou muito cuidado quando pretendiam alterar o nome só por alterar. Como alternativa, sugeriu algumas ruas que provavelmente ainda não teriam nome, ainda que menos nobre, e que resolviam o problema. Concluiu, assim, reforçando que seria necessário algum cuidado, porquanto por vezes existia a tendência de tentar mudar o nome a uma rua só por mudar, mas isso trazia custos enormes só para os munícipes.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Decorrido o esclarecimento prestado pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções dos Senhores Deputados, não sem antes informar o plenário de que logo após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não havendo lugar a qualquer direito de resposta, daria o ponto dois do período de antes da ordem do dia por encerrado, uma vez que o tempo destinado ao mesmo se encontrava esgotado.-----

----- Entretanto em posse da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que o Senhor Presidente da Assembleia poderia fazer constar das atas o que quisesse das suas intervenções, com exceção da falta de educação. Adiantou, ainda, que poderia dirigir-se a uma pessoa com a expressão "ó pá" que o fazia com a mesma sinceridade e com a mesma aproximação como tratá-la pelo nome, o que, aliás, também lhe fazem a ele. Contudo, disse não suportar ser tratado com falta de educação, assim, como, com certeza, também os Senhores Deputados não suportariam.-----

----- De seguida, deu a conhecer, de acordo com os dados entretanto disponibilizados, que na reunião do Executivo Municipal do dia vinte e dois de agosto tinha sido apreciada a trigésima quarta candidatura ao Fundo Social Municipal, assim como também tinha sido feita, nessa mesma reunião, a reavaliação da vigésima sexta candidatura, o que acontece em cumprimento do regulamento do Fundo Social Municipal, que determina que as candidaturas sejam revistas ao fim de seis meses. Assim, afirmou que aqueles eram os números verdadeiros.-----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a proposta, como seria do conhecimento do Senhor Deputado, e de acordo com a lei, teria de partir da Câmara Municipal, adiantando, contudo, que iriam ponderar a situação. Não deixou de agradecer os contributos dados pelo Senhor Deputado, mas recordou que o Senhor Deputado não poderia substituir a Câmara naquilo que efetivamente era sua missão.-----

----- Ao Senhor Deputado Sidónio Simões, começou por reconhecer que apesar de nem sempre concordar com ele, quando concordava também o tinha que dizer. Por isso, afirmou que a observação do Senhor Deputado tinha sido pertinente. Aproveitou, então, para acrescentar ao que tinha dito ao Senhor Deputado João Morais, que o Executivo tinha voltado atrás na sua decisão precisamente porque a mesma implicava, e implico, desvios de correspondência e despesas avultadas para mudar o endereço das pessoas, entre outras situações, desde o fisco.--

----- Continuando, concordou, assim, com o Senhor Deputado quanto à prudência que deve existir nesses casos, pelo facto de terem uma tramitação muito complicada e pelo facto de todas essas despesas, todos esses desvios poderem muito bem ser imputados pelo município à Câmara que deliberou sobre o assunto. Explicou, ainda, que por isso é que era pedido, para evitar problemas, que todas essas deliberações passassem pelas Assembleias de Freguesia, passassem pelas Assembleias Municipais e pela Câmara, apesar de a lei ultimamente atribuir essa decisão à Câmara, incorrendo, depois, naquilo que o Senhor Deputado Sidónio Simões tinha dito.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A finalizar, agradeceu o alerta deixado pelo Senhor Deputado Sidónio Simões e reforçou não se tratar de má vontade da parte da Câmara Municipal, mas de serem sensatos e de prevenir as consequências que poderiam advir das decisões do Executivo, concluindo que para isso o Executivo tinha revogado a sua decisão, o que por vezes se verificava, inclusivamente no Diário da República, e por diversos motivos.-----

----- Cumprindo o que já tinha antecipado, e uma vez esgotado o tempo definido para o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado esse período e passou, de imediato, ao período da ordem do dia, apresentando o seu primeiro ponto: *“Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)”*.-----

----- Para fazer a introdução daquele primeiro ponto da ordem do dia, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que para facilitar e para evitar gastar mais tempo do que aquele que já tinha sido gasto, e uma vez que o documento era o que vinha sendo apresentado em todas as sessões da Assembleia, e era bem interpretado por todos os Senhores Deputados, pensava que não seria necessário estar a dar qualquer explicação por antecipação, respondendo àquelas que os Senhores Deputados entendessem como pertinentes.-

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Dias, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, sendo aquela a sua primeira intervenção da sessão, começou por dizer que pretendia deixar uma reflexão sobre uma área específica daquele conjunto de atividades que era apresentado no documento em apreciação, antecipando que iria centrar a sua intervenção numa área muito específica por considerar uma área fundamental, estratégica e de importância vital para a defesa do interesse público do município.-----

----- O Senhor Deputado começou por fazer a seguinte introdução:-----

----- “Como todos sabeis, o setor da água constitui um monopólio natural e é um domínio estratégico da maior importância. A água é essencial à vida, é um bem público social por excelência, tendo sido reconhecida recentemente pelas Nações Unidas como um direito humano. As mais recentes e badaladas intenções das últimas governações em Portugal, têm constituído uma violenta ofensiva antissocial, entregando aos privados as empresas públicas estratégicas, nomeadamente o setor da água, destruindo inúmeras funções sociais. Este tipo de doutrina de choque mais recente, assinada também e firmada no memorando da *Troika*, representa, muita das vezes, uma clara cedência ao apetite voraz dos grandes interesses privados, sedentos de fontes de lucro que são garantidas à partida.-----

----- É neste quadro que se inscreve o objetivo de abrir ao setor privado o Grupo Águas de Portugal, a título de exemplo, e também o setor dos resíduos em Portugal. Um pouco por todo o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mundo, é precisamente o contrário que temos vindo a assistir, nomeadamente a reversão das privatizações da água, a remunicipalização de serviços verificadas em países quer como a França, Alemanha, Inglaterra, e nova legislação para assegurar a água pública como bem público, como acontece, nomeadamente nos Países Baixos, ou na América Latina, e países como a Bolívia, o Uruguai, ou a recente vitória obtida pelo povo Italiano no referendo contra a privatização da água.”-----

----- Feita a introdução, o Senhor Deputado referiu que como sabiam, também, Anadia tinha aquele bem em abundância, e com qualidade, pelo que queria deixar três reflexões: uma seria uma reflexão dirigida à Assembleia Municipal e duas questões que queria colocar, em formato de alerta, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Assim, perante os cenários atuais que o país enfrentava, as pressões que vinham sendo assumidas e afirmadas, nomeadamente pelos últimos Governos, com uma intenção evidente nas últimas governações, começou por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao setor das águas, e à gestão dos Serviços Municipalizados, se haveria alguma eventual ideia de ceder a esse tipo de pressões.-----

----- Depois, e observando o que era referido no ponto dois ponto um do documento, relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, constatou que tinham sido feitas diversas intervenções, nomeadamente captação de água, melhoramentos de estações elevatórias. Relativamente a isso, disse que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara lhe pudesse dizer que resultados e conclusões se poderiam tirar daqueles trabalhos, e a que tipo de trabalhos se referia, porque no documento não estavam bem especificados os resultados daquele tipo de prospeções.-----

----- A terceira reflexão que disse pretender deixar ao Senhor Presidente, era no sentido de saber se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha acutelado, quando fazia aquelas prospeções subterrâneas, se eventualmente haveria algum Instituto, daqueles Institutos mais conhecidos, que vinham muitas vezes colocando alguns entraves ao desenvolvimento do município, nomeadamente alguma REN subterrânea, ou subaquática, que pudesse eventualmente pôr em causa, também, a prospeção das águas em Anadia. Portanto, ver se estaria alguma ilegalidade, em alguma REN subterrânea.-----

----- Terminou, dizendo que a reflexão que pretendia deixar à Assembleia Municipal era no sentido de saber de que forma, todos juntos, e sem querer impor, mas salvaguardando o interesse público, a Assembleia poderia elaborar, em termos legais, que qualquer decisão em termos de uma eventual privatização do Executivo, ou de Executivos futuros, para aquele tipo de assuntos poder ser só decidido mediante referendo municipal, dos munícipes de Anadia. Salvaguardando o facto de não saber se tal seria possível ou não, deixou a reflexão à discussão para ver de que forma poderiam salvaguardar, no fundo, os interesses, a opinião e a decisão das populações.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Pedro Dias, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:-----

----- "Pegando nas palavras do colega Deputado Pedro Dias, realmente a água é muito importante no concelho de Anadia, mas é um bem escasso. Nós podemos ter muita, se calhar temos mais do que os concelhos vizinhos, mas não temos assim tanta se a analisarmos no seu todo. Sendo um bem escasso, não pode ser tratada da forma como tem sido tratada pela Câmara Municipal de Anadia.-----

----- É por demais sabido, através dos meios de comunicação social, e até pelos nossos próprios olhos, que Anadia tem todas as canalizações de água a rebentar pelas costuras. É um desperdício ao mais alto nível, onde inclusivamente em alturas de seca, agricultores não têm sequer água para poderem regar os seus campos, ver a passividade com que a Câmara Municipal de Anadia está relativamente às ruturas constantes em tudo o que é freguesias, que levam a um esbanjar de água que nos leva a ter um concelho tão rico em água, como diz o Senhor Presidente de Câmara, mas que paga mais de taxas do que da água que se consome.---

----- Inclusivamente, poderia ser uma forma de otimizarmos recursos, sim senhor. Mas não. Isto é uma forma é de a Câmara Municipal ir buscar dinheiro aos nossos bolsos para pagar despesas que não consegue pagar de outra maneira. Com tanta água, faz sentido estarmos a pagar a quantidade de taxas que pagamos? Noutros municípios, os Autarcas, o Presidente de Câmara, o seu edil, está a baixar as taxas em determinadas situações, nomeadamente quando as pessoas não têm possibilidades económicas. É essa uma das medidas que o Senhor devia tomar e não dar cinquenta euros às famílias que não têm possibilidades económicas e deixar de se vangloriar relativamente às subvenções que recebe do Estado, como é seu dever pagar refeições e livros às pessoas que estudam no concelho, ainda, às que restam, porque qualquer dia vão todas para os concelhos vizinhos.-----

----- Isto relativamente à água, Senhor Presidente, tenha cuidado, é um bem escasso, o Senhor anda a desperdiça-lo há muito tempo e já chega de andar a encher os bolsos à custa da água do concelho de Anadia que é de todos os munícipes.-----

----- Relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Senhor Presidente, mais uma vez a Câmara Municipal está a falhar e o CDS já chamou a atenção disso muitas vezes. O Senhor está a dar um espaço à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, mas dar o espaço não chega. O Senhor precisa de colocar lá pessoas a tempo inteiro, não é a *part time*. O Senhor precisa de colocar lá uma psicóloga, não é uma administrativa. O Senhor em que investir nas pessoas do seu concelho para que as famílias não fiquem destruturadas. E não venha dizer que o Governo não dá verba. O Senhor Presidente tem tanto dinheiro. Ainda agora, alegadamente, vai pedir mais dois milhões de euros. É tão rico, alega que a sua Câmara é tão rica e não tem dinheiro para pagar um salário a uma psicóloga para estar na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco em vez de dar cinquenta euros, apoiá-las ano após ano, para que as famílias não sejam destruturadas, para que os netos e os filhos não sigam os caminhos dos pais e dos avós.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Senhor Presidente de Câmara, aposte mais na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco que é uma instituição que tem feito o seu trabalho, com poucos recursos, com poucos meios, mas tem feito o seu trabalho, e está mal vista e coloca Anadia mal vista nos meios de comunicação social e na opinião pública.-----

----- Relativamente à questão da inauguração que vamos ter agora, Senhor Presidente, aqui o, eu não sei se é centro de formalidades, se é centro de serviços, se é centro do quê, eu não vejo é lá nada. O Senhor Presidente tem que elucidar a Assembleia Municipal sobre o que é que lá vai ser e não dizer que vêm cá dois governantes em dias distintos. Vêm quê, gastar gasóleo, com o chofer? Ou o Senhor vai pagar um lanchezinho no primeiro dia e um lanchezinho nos dias a seguir? Mande vir os dois todos juntos que este país não está para brincadeiras e diga a esta casa, que é soberana, e que representa os munícipes de Anadia, o que é que lá vai fazer, quais são os contratos que tem com as entidades, públicas ou privadas, e o que é que aquilo vai ser de hoje para amanhã, que é isso que o Senhor ainda não disse nesta casa e tem que dizer.-----

----- Relativamente à Reserva Ecológica Nacional, colega Pedro, teve muita piada. Até parece que vocês combinaram isto nos jantarzinhos que costumam ter os Presidentes de Juntas com o Presidente de Câmara e o Presidente da Assembleia, com as Juntas de Freguesia a pagarem o que vocês andam a comer aí, leitão e mais não sei o quê, nos restaurantes todos. Parece que foi combinado, pelo risinho do Senhor Presidente de Câmara só pode, não é. Pois é, tem muita piada, Senhor Presidente, só que nos sai do bolso. Sai-nos do bolso, como nos sai do bolso a rolha que o Senhor pôs na Curia. A rolha que o Senhor pôs na Curia custou muito dinheiro, olhe que há gente que precisa desse dinheiro, não é da rolha. As caves estão a falir, não têm vendido, Senhor Presidente. As empresas estão a fechar. Apoie com iniciativas concretas e vai ter uma oportunidade a seguir, no IRS e na Derrama. Mas isso, para si, não faz mal, não é. Mete-se uma rolha e passa.”-----

----- Uma vez esgotado o tempo de intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Depois de apresentar os seus cumprimentos aos presentes na sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado disse apenas que gostaria de saber quais as razões para o Centro Escolar de Paredes do Bairro ainda não se encontrar em funcionamento e o que se passa.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Duarte, do Grupo Municipal do PD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros.-----

----- Também naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado começou por cumprimentar os presentes, após o que disse que quem não se sentiam não era filho de boa gente. Pediu desculpa pelo termo, mas disse que era mesmo assim, porque já ali tinham sido apelidados de cobardes, entretanto tinham sido apelidados de andar a gastar o dinheiro indevidamente.-----

----- Entretanto, disse frontalmente ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que não era



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espelho dele e que ele deveria estar mal até com a sua própria sombra, porque na primeira vez que ele dissesse alguma coisa de bem que era feito no concelho de Anadia, teria de chamar o fogueteiro para pôr ali uma salva de tiros porque, realmente, ele só dizia mal. Acrescentou, ainda, não conseguir entender como tudo estava mal para o Senhor Deputado.-----

----- Referiu, também, que pensava vir para a Assembleia Municipal aprender alguma coisa e com o que o Senhor Deputado fazia não aprendia absolutamente nada. Pediu entretanto desculpa pela sua intervenção, mas achava que alguém tinha de dizer basta, porque realmente o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, não sabia por quê, usava a Assembleia para se evidenciar, talvez por lá estar a comunicação social. Terminou, dizendo que o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco acusava os outros de se meterem onde não deviam, mas ele também se metia, e que havia situações em que ele devia estar calado porque os telhados eram de vidro.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções naquele primeiro ponto do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por sublinhar que vinha sendo uma pertinência sua, há longos anos naquela Assembleia, lutar para a água, que sendo um bem social para todas as famílias, como tinha dito o Senhor Deputado Pedro Dias, chegar em qualidade aos domicílios dos munícipes do concelho de Anadia. Assim, sendo a mesma conduzida em amianto e proibida por lei, considerou que era chegada a altura de uma vez por todas a Câmara iniciar, ou no mandato do Senhor Presidente, ou no futuro, a substituição o mais urgente possível da rede doméstica de água aos munícipes, pois as doenças estavam constantemente a aparecer aos munícipes, sem possibilidade de cura, e interrogava-se se não seriam também por causa da própria água. E numa altura em que a Câmara se dizia rica, disse pensar que deveria ser tida em atenção essa preocupação.-----

----- Aproveitou, também, para falar da questão da paragem dos comboios interciudades. Sobre a matéria, recordou que há uns anos àquela parte, ainda no anterior Governo do Partido Socialista, um Secretário de Estado, em visita à Curia, tinha sido prometido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a paragem dos comboios interciudades, o que nunca aconteceu. Recordou, também, que recentemente, naquela sala, e na presença de um Secretário de Estado aquando da aprovação da Regeneração da Curia, o Senhor Presidente tinha feito o mesmo pedido. Então, e como o pedido não teria pernas para andar, considerou que seria altura de denunciar aquelas situações, porque a vitalidade do turismo local dependia da paragem dos comboios, para além de que era gasto o dinheiro e as obras acabavam por destruir sem existir turismo.-----

----- Acrescentou, ainda, que as indústrias hoteleiras da Curia sentiam essa necessidade a passos largos e aproveitou para lembrar a viagem à Madeira que tinha prometido pagar ao Senhor Presidente da Câmara se isso fosse possível ainda no seu mandato. Terminou, dizendo ao Senhor Presidente ter ainda esperança que os comboios interciudades parassem na Estação



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Curia e que servissem as comunidades locais e as indústrias hoteleiras, assim como também ainda tinha esperança de um Portugal melhor.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às cinco intervenções formalizadas pelos Senhores Deputados.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder ao Senhor Deputado Pedro Dias, do Grupo Municipal do PPD/PSD, informou que a privatização das águas de Anadia estava fora do projeto da Câmara Municipal, por se tratar, efetivamente, do único produto que vinha dando lucro à Câmara Municipal de Anadia. Também por isso, a apetência pelo maravilhoso concelho de Anadia no que concerne às águas.-----

----- Destacou, entretanto, e contrariamente ao que era afirmado, o facto de o concelho de Anadia ser um concelho rico em água, que a preservava e respeitava. Disse, também, que uma das últimas obras levadas a efeito até era bem visível, junto à EN 1/IC 2, onde estava a ser executada uma conduta para levar a água de um furo instalado em Espairo diretamente ao depósito de Monte Castro, e que poderia adiantar que só esse furo correspondia a mais de metade da água que até então tinha sido suficiente e que era explorada na Fonte da Azenha. Aproveitou, também, para dar a conhecer os vários locais do concelho onde estavam a ser efetuados furos e para esclarecer que tanto a Câmara Municipal, como as próprias empresas, não faziam os furos sem a prévia autorização da ARH, que era a entidade competente, e que derivava naturalmente da REN, para autorizar todos estes furos. Acrescentou, ainda, que a execução dos furos era devidamente acompanhada e eram efetuadas todas as tramitações, até porque a exploração da água não era tão fácil e a sua utilização passava por um processo tão especial que todas as semanas os reservatórios eram analisados, por responsáveis da área da saúde, pagando a Câmara para o efeito.-----

----- Continuando, disse que hoje a Câmara Municipal poderia garantir, e sem explorar no momento, que a água, mesmo num ano de seca como o de dois mil e doze, tinha sido suficiente, apesar de ainda ter havido muitos agricultores que tinham regado as suas hortas, o que revelou causar bastante preocupação à Câmara, porque os níveis dos depósitos em certas alturas baixavam, aliados, com certeza, às ruturas que numa rede de tantos quilómetros quadrados teriam que acontecer, como sempre aconteceram. Mesmo assim, disse que não tinha faltado a água e adiantou que os últimos furos que iriam ser experimentados, seriam uma reserva de tanta quanto a que tinham.-----

----- Ao Senhor Deputado Pedro Dias disse que não seria necessário um referendo, mas antes que os munícipes de Anadia soubessem a verdadeira riqueza que tinham nas suas águas, pela qualidade, pela quantidade e, naturalmente, por uma rede que estava espalhada por todo o concelho, levando a água a todas as populações. Isso é que era importante, sublinhou.-----

----- Aproveitou a oportunidade para dar a conhecer que, atendendo à extensão da rede, e uma vez que os recursos humanos eram cada vez mais escassos, porque os Governos em funções proibiam terminantemente a contratação de pessoal, se encontravam no terreno três empresas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a proceder à substituição da rede para acabar de vez com as ruturas. Não obstante, não deixou de destacar a importância do *know-how* dos Serviços Municipalizados na resolução dos problemas de água turva que entretanto ocorreram, o que disse ser normal acontecer quando era feita uma intervenção na rede e a rutura era exposta, por haver infiltração de águas na rede, em especial quando a rutura era grande.-----

----- Concluindo, disse que a Câmara Municipal não escondia esses factos, porque aconteciam, não por negligência, nem pelo facto de a água ser fraca, mas porque a reparação não tinha sido feita com o conhecimento e com a forma de trabalhar que deveria ter sido.-----

----- Portanto, e sobre a questão do referendo levantada pelo Senhor Deputado Pedro Dias, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou que o referendo estava feito, e que a prova mais que evidente era o facto de a Câmara de Anadia não ter qualquer parceria, mas também não estar falida, porque ainda ia tendo serviços, como os municipalizados, que davam algum lucro.-----

----- Passando a responder à afirmação efetuada pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, sobre as taxas associadas ao consumo de água, esclareceu que essas taxas eram impostas de acordo com a necessidade e o interesse dos governos centrais, tanto do atual como de todos os anteriores, e chegavam a duplicar o preço do gasóleo. Acrescentou que cada litro de água consumido também estava taxado pelo Governo, e que essas taxas tinham de ser de enviadas mensalmente aos governos.-----

----- Quanto à questão da psicóloga para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, recordou que o Orçamento de Estado não permitia contratação de pessoal, pelo que adiantou que uma possível solução poderia passar por recorrer aos voluntários que existiam nos partidos. Não deixou, entretanto, de convidar as pessoas a conhecer por dentro a atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, credenciada em todo o país, e que respondia, de forma positiva, a muitos casos.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, informou que o Centro Escolar de Paredes do Bairro não se encontrava a funcionar porque o trabalho que a candidatura implicava ainda não estava terminado, nomeadamente uma série de situações que tinham a ver com mobiliário, entre muitas outras coisas. Referiu, ainda, que logo que estivessem reunidas as condições para funcionar, iria por certo funcionar, cumprindo o desejo da Câmara, até porque, como o Senhor Deputado sabia, a Autarquia recebia financiamento e enquanto não estivesse concluído o procedimento o financiamento não chegava. Garantiu, assim, que iria funcionar, porque, contrariamente ao que muita gente dizia, era um esforço que valia a pena fazer, na medida em que esses Centros Escolares seriam sempre uma mais-valia para as terras onde eram implantados.-----

----- Sobre a intervenção do Senhor Deputado António Duarte, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não iria fazer qualquer comentário à mesma.-----

----- Entretanto, e em resposta ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por reforçar que o concelho de Anadia tinha sem dúvida água de qualidade. Reconheceu, entretanto, que ainda haveria algumas, poucas, condutas de amianto, e que a Câmara Municipal estava consciente dos problemas que poderiam acarretar, mas não deixou de acrescentar que ainda não era obrigada a substituí-las. Recordou, que, inclusivamente, ainda havia escolas que tinham cobertura nesse material, em fibrocimento, pelo que quando essa regra acontecesse, e para a Câmara a poder cumprir, com certeza, que a medida teria de ser acompanhada de verbas, porque não se tratava apenas de colocar a água, era depois repor tudo aquilo que se estragava para a colocação da água. Por isso as entidades oficiais vinham tendo algum cuidado, nomeadamente os Governos, em cumprir essa prerrogativa, que não deixou de reconhecer como legítima.-----

----- Comentando a afirmação do Senhor Deputado João Morais, de que a Câmara Municipal de Anadia era uma Câmara rica, o Senhor Presidente disse que a Câmara de Anadia não era rica, mas tinha dinheiro para o que mandava fazer.-----

----- A terminar, e sobre a questão da paragem dos comboios intercidades na Curia, agradeceu a disponibilidade do Senhor Deputado, mas confessou começar a desanimar. No entanto, concordou com o Senhor Deputado quanto ao facto de não poderem perder a esperança e deverem continuar a lutar por isso, apesar de saber que não seria fácil.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, para exercer o direito de defesa da honra, o que fez como a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Eu dirigi-me ao Senhor Diretor do Museu do Vinho de Anadia, Dr. Pedro Dias, mas pelos vistos a dama ficou ofendida e veio em sua defesa. Tirem o cavalinho da chuva se pensam que eu me vou calar só porque existem insinuações deste tipo. O Senhor Presidente da Junta de Vila Nova de Monsarros é que tem que ter cuidado com os negócios que tem com a Câmara, não sou eu. E se o Senhor tem algum problema, eu já lhe solicitei, ainda agora, para vir falar comigo lá fora e dizer-me quais são as insinuações e o que é que o Senhor quis dizer com as suas palavras. O Senhor continua a não me querer dizer lá fora, amavelmente, e com educação, o que é que se passa, pelo menos diga-o perante esta casa que foi aqui que o Senhor teve a sua intervenção. Eu estou todo ouvidos para o Senhor deixar-se das insinuações, que é muito bom para os jornais e para a opinião pública, e ir para situações concretas. Que é o que eu faço, eu falo de coisas concretas, situações concretas que se passam no concelho de Anadia e que é necessário evidenciar, pelo menos numa Assembleia que fosse minimamente democrática, Senhor Presidente da Junta de Vila Nova de Monsarros. Portanto, se houvesse democracia em Anadia, estes assuntos eram debatidos com elevação, com educação, e não como o Senhor Presidente de Câmara faz que não traz números, não traz medidas, só manda umas balelas aqui para nós nos calarmos todos, só que a mim ninguém me cala. Muito obrigado."-----

----- Logo após a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra ao Senhor José Maria Ribeiro, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes naquela sua primeira intervenção da sessão, começou por apresentar os seus agradecimentos aos trabalhadores dos Serviços Municipalizados pela prontidão com que tinham respondido a algumas fugas de água ocorridas em Mogofores, declarando serem incansáveis e serem realmente uns homens de trabalho.-----

----- Aproveitou, e já que o tema da conversa era água, para falar do rio. Tendo tido conhecimento de que alguém teria estado presente na última reunião pública da Câmara Municipal, para falar do Rio Cértima, o Senhor Deputado informou que depois de alguma insistência, mais precisamente desde abril, altura em que tinha apresentado o primeiro pedido, em agosto tinha conseguido a autorização dos serviços hídricos. Obtida a autorização, disse ter remetido cópia à Câmara Municipal e ter falado com o Senhor Presidente que lhe tinha dito que uma vez que tinha as máquinas avariadas na altura, provavelmente em setembro a limpeza iria ser feita.-----

----- No entanto, referiu que em sua opinião não valeria a pena estar a limpar o rio ao meio e deixar a entrada e a saída entupidas, pelo que considerou que seria positivo que tanto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arcos, como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro, também pedissem autorização para proceder à limpeza do rio.-----

----- A terminar, disse entender também que o Senhor Presidente da Câmara não teria obrigação de limpar o rio, essa obrigação cabia aos Serviços Hídricos, que lamentavelmente serviam para prontamente multar uma pessoa quando cortava uma árvore à beira do rio, mas não serviam para o limpar.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, que disse ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que não concordava com as respostas politicamente corretas e que aquilo que o Senhor Presidente lhe tinha dado tinha uma resposta politicamente correta. Disse, ainda, que se atrevia até a questionar o Senhor Presidente sobre se de facto não seria uma questão de *timing*, porque lhe parecia que o Centro Escolar, com algum esforço, poderia muito brevemente começar a funcionar. E que se atrevia, ainda, a questionar se o Senhor Presidente da Câmara não pretendia distribuir os louros pelo futuro candidato do seu partido, ou se estaria à espera de uma ocasião melhor, alertando o Senhor Presidente, a concluir, para o facto de estarem em causa crianças que precisavam de escola.-----

----- No seguimento das intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- Começando por dirigir-se ao Senhor Deputado José Maria Ribeiro, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores, o Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou que a intervenção do Senhor Deputado tinha sido interessante, primeiro pelo facto



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de valorizar, de forma normal e real, e sem qualquer pretensão de ser melhor ou pior atendido, o pessoal dos Serviços Municipalizados, nomeadamente o piquete.-----

----- Quanto à autorização para limpar o rio, começou por dizer que não resolvia tudo, porque, apesar de as pessoas solicitarem à Câmara Municipal a limpeza do rio, como as que o Senhor Deputado tinha feito referência que se tinham apresentado à reunião pública cheias de intenção a dizer que a Câmara tinha de limpar o rio, o grande problema era que provavelmente alguém com responsabilidade política, ao ver a Câmara a limpar, estaria logo ali a fotografar. E ainda tinha presente o que a limpeza feita há uns anos pela Câmara tinha custado em dissabores e em problemas graves.-----

----- Referiu, ainda, que com o anterior governo PS, e no âmbito de uma candidatura que tinha sido aprovada, a Câmara Municipal tinha efetuado a limpeza o rio, de acordo com projeto, e muitos dos testantes que tinham grandes árvores chegavam e cortavam as árvores, sem qualquer acompanhamento por parte da ARH, que deveria fazer a proteção dessas árvores. E esclareceu que o Presidente da Câmara nunca tinha cortado qualquer árvore, e em especial na zona que lhe era assistida.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou, entretanto, que continuava disponível para limpar o rio, mas estava de acordo com o Senhor Deputado José Maria Ribeiro, não iria limpar uma parte em Mogofores e deixar a parte de Canha, ou de Espairo na mesma. Para tal, propunha que os responsáveis efetuassem o trabalho e pagassem, porque, muito facilmente eram atiradas para dentro do rio canas, assim como árvores, e a fiscalização não se via, e não tinha sido o Presidente da Câmara a cortar as árvores. Mas sobre isso, lamentou, a comunicação social nada escrevia, mas se visse uma rutura em algum ponto do concelho, escreveria logo. Lamentou, ainda, o facto de as entidades competentes, que tinham aqueles cinquenta metros ao longo das vias para mandar limpar, despacharem a limpeza para a Câmara, porque se não limpar, mandavam lá a GNR ou iriam limpar e faturavam.-----

----- Por fim, comentou que efetivamente tudo andava ao contrário, porque havia muita gente que andava na política e não sabia nada daquilo, nem sabia ouvir, mas felizmente noventa e nove ou noventa e sete por cento sabia ouvir, e só uma pequena percentagem não sabia, mas como era tão pequena não se notava.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Câmara Municipal adiantou ter apenas um comentário a fazer em relação ao que o Senhor Deputado tinha dito. Considerou tratar-se de uma boa afirmação, mas adiantou, desde logo, que não iria ajudar quem durante um mandato praticamente esqueceu a atividade da Câmara Municipal de Anadia que, como sabiam, era maioritariamente pertencente a um partido.-----

----- Decorridos os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais para uma segunda intervenção naquele primeiro ponto do período da ordem do dia.-----

----- Sobre a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, de que andavam três



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresas a executar a substituição dos ramais das águas às habitações, o Senhor Deputado disse que havia algo que não estava a ser feito, e que era importante com o período de inverno que se aproximava, que era a substituição do tapete na zona de intervenção desses mesmos ramais, encontrando-se tudo em lama, em pedra, o que poderia, a qualquer momento, provocar acidentes, ou avarias nos automóveis. Portanto, e a exemplo do que acontecia em algumas Autarquias, onde esses ramais eram logo substituídos no próprio dia, ou nos dias seguintes, apelou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e sabendo da possibilidade de substituição por um tapete a frio e compactado com um pequeno cilindro, para que num curto espaço de tempo essa anomalia fosse retificada.-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Maria Ribeiro, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores.-----

----- O Senhor Deputado aproveitou para dar a conhecer uma situação passada em Mogofores, em que andava uma máquina na beira do rio, a mexer em margens que não deveria mexer e a mandar todo o lixo, canas e árvores, para dentro do rio. Relatou que prontamente tinha chamado a SEPNA e avisado o maquinista para esperar pela GNR, mas enquanto se dirigiu junto aos correios para esperar por essa equipa da GNR, o maquinista tinha abandonado o local, deixando lá a máquina encostada. Perante essa situação, e depois de a GNR ter tomado conta do caso e tirado a matrícula da máquina, disse ter pedido para lhe comunicarem quando soubessem de alguma coisa, o que até àquele dia, volvido um mês, ainda não tinha acontecido e a situação estava na mesma. Concluiu, portanto, que lamentavelmente toda a gente fazia aquilo que queria, mandava para o rio, e o Presidente da Junta é que tinha de se andar a preocupar com a limpeza do rio.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções naquele primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Dias, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado disse que, perante as palavras do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, e ressalvando não pretender que interpretasse a sua intervenção como alguma questão pessoal, teria de lhe dar algumas respostas, uma vez que o Senhor Deputado se tinha referido à sua pessoa.-----

----- Como primeira questão, recordou que o assunto era água e não vinho. O Senhor Deputado tinha-se referido a ele como Diretor do Museu do Vinho, não esclareceu que estava naquela casa, não como Diretor do Museu do Vinho, mas sim como Deputado eleito pelo povo, como o Senhor Deputado também estava. Portanto, considerou que o Senhor Deputado não teria dirigido a si da forma mais correta.-----

----- Relativamente à defesa da dama, esclareceu que não necessitava de ser defendido por qualquer colega.-----

----- Quanto à forma como o Senhor Deputado se tinha dirigido ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, também lhe parecia que não era a forma mais



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adequada naquela casa para tratarem dos assuntos. Disse, então, ter-lhe parecido ouvir o Senhor Deputado dizer: “venha lá fora, resolve-se lá fora, diga-me lá fora”, e acrescentou que ouvia aquilo quando andava na escola e que aquela atitude parecia uma afronta física. Entretanto, considerou que aquelas situações deveriam ficar registadas em ata, porque faziam parte das intervenções e condicionavam as intervenções, para além de achar que não era a forma correta de lidar as situações na Assembleia Municipal.-----

----- A terminar, disse que também ficava muito satisfeito, porque parecia que o Senhor Deputado tinha reagido à forma como tinha falado relativamente à REN e às questões da água, quando não se tinha dirigido ao Senhor Deputado, tinha falado de uma Instituição, mas parecia que o Senhor Deputado estava naquela casa a assumir-se como um defensor, um embaixador daquelas Instituições ou dos Institutos Quercus, REN’s. Esclareceu que não se tinha dirigido nem de forma alguma tinha pensado em se dirigir ao Senhor Deputado, apesar de parecer que o Senhor Deputado tinha ficado melindrado com a sua intervenção. Repetiu, ainda, que não queria que o Senhor Deputado interpretasse aquela sua intervenção como qualquer questão pessoal, porque estavam ali todos para tratar dos assuntos de interesse do Município e era nessa forma que lhe estava a responder.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Cumprimentados os presentes naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado disse que a sua intervenção era efetuada no sentido de perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para quando a revisão do Regimento de funcionamento daquela Assembleia, por considerar que a revisão teria de acontecer o mais rapidamente possível porque todos andavam a perder tempo com intervenções baseadas em sonhos e má educação, e quando assim era, pensava que deveriam ser retiradas da ata intervenções que não eram fundamentadas e das quais nada de bom se retirava para a Assembleia, sob pena de as atas se tornarem num folhetim de mau gosto para quem tivesse a vontade de as ler e que rapidamente acabaria por as deitar para o lixo, porque ouvir determinadas coisas numa casa que supostamente seria a casa mais nobre do Município, era realmente degradante.-----

----- Logo após a intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o Regimento da Assembleia Municipal, de acordo com o seu artigo cinquenta e cinco, poderia ser alterado pela Assembleia Municipal por proposta da Mesa, ou por proposta de um quinto dos Deputados Municipais em efetividade de funções. Aproveitou, igualmente, para lembrar que no início do mandato tinha havido uma comissão, da qual tinham feito parte todas as bancadas municipais, e que tinha havido um espaço para todas as alterações que decidiram ser introduzidas.-----

----- No entanto, reconheceu que, obviamente, em democracia, quando eram colocadas propostas à votação, as maiorias saíam vencedoras. Portanto, referiu que havia propostas que eventualmente poderiam ter sido tentadas colocar no Regimento que não tinham passado pela votação, ou até, posteriormente, pela votação que tinha sido feita na própria Assembleia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal. Reiterou, entretanto, que o Regimento que se encontrava em funções poderia ser alterado de duas formas: por proposta dos três elementos da Mesa, ou por um quinto dos Senhores Deputados em efetividade de funções.-----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções entretanto efetuadas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a questão do tapete, colocada pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, esclareceu que a Câmara Municipal tem o cuidado e cabe-lhe fazer a reposição dos pavimentos, conforme vai sendo informada da conclusão das substituições dos ramais, que não são feitas de uma forma sequencial, vão sendo feitas nos locais onde são sinalizadas as existências de ruturas. Explicou, assim, haver uma certa diferença entre ir a uma estrada e repor o tapete seguido e fazer reposições pontuais. Contudo, adiantou que a Câmara Municipal, no espaço de um a dois dias, fazia a reposição, excetuando os dias em que chovia, em que essa reposição não poderia acontecer, porque, como o Senhor Deputado tinha dito, e bem, era feita com tapete a frio e, nesse caso, o tapete a frio tinha esse problema, com água não agarrava.-----

----- Decorrido o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de informar o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, de que não lhe daria autorização para fazer uso do direito de resposta, e de o informar, igualmente, de que, de acordo com o Regimento, teria o direito de apelar às decisões do Presidente da Assembleia Municipal para o plenário, prontamente colocou a questão sobre se o Senhor Deputado deveria intervir ou não à votação dos Senhores Deputados.-----

----- Antes de colocar a questão ao plenário, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu o favor ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco de assumir a sua idoneidade enquanto membro da Assembleia Municipal e de cumprir fielmente o que estava no Regimento, porque ele próprio estava a cumprir. Adiantou, ainda, que de acordo com o Regimento, competia ao Presidente da Assembleia Municipal dirigir os trabalhos e quando as atitudes e as decisões do Presidente não fossem de acordo com algum Deputado, competia ao Senhor Deputado solicitar que a Assembleia tomasse uma posição contrária à posição do Senhor Presidente. Nessa conformidade, recordou ao Senhor Deputado que lhe tinha perguntado se era isso que o Senhor queria fazer e que ele lhe tinha respondido positivamente.-----

----- Então, perguntou à Assembleia quem entendia que o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco deveria voltar a intervir e informou logo o Senhor Deputado que ninguém tinha manifestado essa vontade.-----

----- Esclarecida a questão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto um da ordem do dia.-----

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2, do Artigo 3.º, do RAMA".-----

----- Apresentado o segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do mesmo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que aquela taxa era cobrada pelo Município, em cumprimento do Artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de dez de fevereiro, tratando-se, no fundo, de uma taxa que era imposta à Câmara Municipal, com percentagem e tudo. Portanto, concluiu que as Câmaras mais não teriam que fazer do que aprová-la e submetê-la à por conseguinte à aprovação dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, o que aliás decorria da lei.-----

----- Referiu, entretanto, que o que acontecia era que quem pagava aquela taxa eram os munícipes, não era a Câmara, nem a PT, como no caso dos direitos de passagem. Portanto, disse que não se tratava de uma importância muito grande para as Câmaras, adiantando que no caso da Câmara Municipal de Anadia, em dois mil e onze, tinha correspondido a uma importância de seis mil novecentos e noventa e sete euros e oitenta e oito cêntimos, ou seja, menos dois mil euros que em dois mil e dez, antecipando, ainda, que se presumia que à partida em dois mil e doze fosse ainda menos. Concluiu, assim, ser aquele o impacto que aquela taxa representava no orçamento da Câmara.-----

----- Uma vez aberto o período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra para uma primeira intervenção por parte do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Há pessoas que estão aqui e que devem estar com vontade de se ir embora. Eu não tenho culpa, mas eu também estou aqui a abdicar dos meus afazeres profissionais, e até pessoais, para estar a trabalhar em prol desta casa. Portanto, estes comentários devem acabar, Senhor Presidente.-----

----- Relativamente à questão desta taxa, efetivamente ela está a ser cobrada pelo máximo, tem um limite de zero vírgula vinte e cinco por cento, mas está-se a aplicar a taxa máxima no que diz respeito a este direito. Acho que muito ou pouco, nós vivemos numa época em que é necessário dar sinais claros à população. Por ser pouco é que o Senhor Presidente e o seu Executivo deviam pensar em reduzir as taxas e não em mantê-las pelo máximo, como é o caso.-----

----- Relativamente ao parecer da Técnica, Senhor Presidente, há aqui uma situação que acho que deve ser clarificada, por uma questão de exatidão nos pareceres que são apresentados. Eu vejo aqui responsável Paula Fontes. Então, mas quem é a Senhora Paula Fontes? Com todo o respeito que eu lhe tenho, pelo menos que se coloque se é um Técnico, se não é um Técnico. Quem é a Paula Fontes? E não conheço a Paula Fontes de lado nenhum. Responsável Paula Fontes, pelo menos que indiquem quem é, que responsabilidade tem. Que é responsável eu não ponho isso em causa, mas que digam quem é, pelo menos."-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Deputado que na primeira folha do comunicado estava escrito "Serviço: Secção de Taxas e Licenças; responsável Paula Fontes, pelo que lhe perguntou se essa informação seria suficiente para esclarecimento do Senhor Deputado, ao que o Senhor Deputado prontamente respondeu que não era suficiente.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal adiantou, ainda, que o documento que o Senhor Deputado tinha recebido era da responsabilidade da Mesa da Assembleia, como deveria ser do conhecimento do Senhor Deputado. Portanto, esclareceu que se o documento tinha lapsos, seria à Mesa da Assembleia que competiria solicitar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecimentos sobre a situação, porque era também a ela que competia distribuir os documentos. Concluiu, dizendo ao Senhor Deputado que não sabia como funcionava uma Mesa da Assembleia.-----

----- Apresentado o esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e não vendo qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão, tendo submetido, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a Proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, dois votos contra, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e zero abstenções, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA*".-----

----- Apresentado o ponto três da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse não haver muito a esclarecer, porquanto se tratava de um imposto municipal, o IMI, que todos conheciam e que tinha uma pequena variável consoante o tipo de imóvel. Concluiu que a Câmara Municipal tinha optado, aliás, como vinha sendo política nos últimos anos, por ir para as taxas mínimas, pelo que nada mais tinha a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão daquele ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado disse pretender apenas saber se já teria sido feita alguma simulação dos valores adicionais que a Câmara poderia vir a receber por força daquela atualização que tinha sido obrigatória e que teria de ser feita até ao final do ano. Congratulou-se, entretanto, com o facto de a Câmara ter optado pelos valores mínimos, porque, como adiantou, iriam existir pagamentos com os quais as pessoas não estarão minimamente à espera. Explicou, assim, que todos aqueles artigos, de acordo com o CIMI, não estavam atualizados e no âmbito da avaliação iriam acrescentar área e, conseqüentemente, pagar cinco anos de retroativos.-----

----- Como iria entrar muito dinheiro em termos municipais, e por forma a discutirem os assuntos seguintes, considerou que talvez fosse importante saber se já haveria alguma simulação feita pelo município para ficarem a saber, mais ou menos, qual seria o acréscimo de verba previsível para o ano dois mil e treze.-----

----- Para responder à interpelação feita pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que a Câmara Municipal não pretendia sequer fazer essas experiências para saber quanto iria receber, porque, atendendo a que se tratava de uma zona rural de recursos médios, estava seriamente preocupada com os valores que aquela atualização iria implicar.-----

----- Referiu, entretanto, que aquela medida era uma forma que os Governos tinham encontrado para os munícipes manterem as Câmaras, porque, como seria do conhecimento de todos, a Câmara Municipal de Anadia, desde dois mil e dez, vinha perdendo, todos os anos, cinco vírgula onze por cento e cinco vírgula cinquenta e nove por cento dos fundos de equilíbrio financeiro. Explicou, assim, que tal representava um aumento do valor que a Câmara Municipal vinha recebendo de IMI, de setecentos e cinquenta e dois mil euros em dois mil e dez, para setecentos e setenta e oito em dois mil e onze, estando já previsto, só com aquelas pequenas alterações, que o Senhor Deputado Sidónio Simões sabia, e porque tinham sido feitas poucas avaliações, mas que já tinham influência, novecentos e vinte e três mil.-----

----- Não deixou de sublinhar que tal não queria dizer que as Câmaras passassem a viver bem, o certo era que aquela receita iria contrabalançar o corte permanente a que vinham sendo submetidas, adiantando que a Câmara de Anadia, de acordo com as contas efetuadas, em cada ano, e no total dos dois, perderia oitocentos e cinquenta e quatro mil euros, só de fundos diretos do Estado.-----

----- Deixou, entretanto, um alerta para o facto de o IMI se vir a revelar um imposto muito penoso para os munícipes, porque, resultado das novas avaliações, estava previsto que aquele número fosse largamente ultrapassado. Por isso, disse que a proposta da Câmara Municipal era no sentido de manter os valores mínimos previstos, porque, se assim não fosse, não saberia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que consequências poderiam advir. Rematou, dizendo estar convencido que afinal a Câmara Municipal fazia qualquer coisa pelo povo do concelho, tanto em relação à água, como aos impostos.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Senhor Presidente. O Senhor se acha que isto é um grande contributo, dar com uma mão e tirar com as duas, eu vou ali e já venho. Claro que para os técnicos da Câmara isso é muito bonito, tira-se quatrocentos mil de um lado, vai-se buscar quatrocentos mil do outro. Vai-se buscar é aos munícipes do Município de Anadia, a esses é que vão triplicar o IMI que têm que pagar este ano e nos anos vindouros. Triplica. O Senhor parece o Ribau Esteves a falar, com a técnica de tira-se de um lado vai-se buscar do outro. Olhe, faça como o seu colega de Ílhavo, em vez de trazer só cá a banda de música, faça como ele que já pediu dez milhões de euros ao Governo. Faça como ele, aprenda com os bons exemplos. Agora vir dizer isso que se vai buscar quatrocentos mil a um lado pelo que se perdeu do outro. Quem vai pagar é o desgraçado do munícipe, que vai pagar três vezes mais ou quatro do que aquilo que pagava. E ainda por cima, muitas vezes fruto da sua incompetência de governação como Presidente de Câmara, que andou a permitir construções de casas ilegais em todo o lado, e agora os desgraçados dos munícipes é que vão ter que pagar as ilegalidades das convivências do Senhor Presidente de Câmara, nomeadamente no pagamento do imposto que vai ser altamente penalizado, inclusivamente têm que pagar cinco anos para trás pela coima que lhes é aplicada pelos respetivos serviços. Ó Senhor Presidente, tenha cuidado com aquilo que diz, que fere as pessoas, aquelas poucas pessoas que conseguem perceber o que se passa realmente nesta Câmara, que são muito poucas, é verdade, mas somos cada vez mais. E eu tenho esperança que o Município de Anadia consiga ganhar o seu rumo, mas não é com este tipo de governação. Muito obrigado."-----

----- Para comentar a intervenção feita pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, apesar de considerar que a intervenção do Senhor Deputado não merecia qualquer comentário, disse pretender apenas dizer-lhe que misturava tanto as situações, e tantas vezes, que o Presidente da Câmara de Anadia qualquer dia passava a não ter mesmo possibilidade de responder. Por isso, adiantou aos Senhores Deputados para não estranharem que qualquer dia deixasse de responder.-----

----- Quanto à intervenção que tinha acabado de ouvir, disse não saber por onde lhe poderia pegar, porquanto nada tinha a ver com o IMI e falava que tudo eram problemas. No entanto, referiu que o tempo curava muita coisa, mas também reconheceu que todas aquelas situações teriam de ser as pessoas, na altura de escolherem, que teriam de estar atentas porque havia



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algo que não estava bem. Acrescentou, ainda, que havia falta de esclarecimento nas campanhas eleitorais, porque quando uma pessoa se apresentava a uma campanha eleitoral, a primeira coisa a fazer, era o seu retrato junto das populações, ou seja, não poderia ir com uma máscara.-----

----- No seguimento do comentário efetuado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não vendo qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão, tendo submetido, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a Proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e treze, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, duas abstenções, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago castelo Branco, e zero votos contra, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia, *“Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA”*.-----

----- Apresentado o ponto quatro da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por constatar que aquele ponto não tinha tido naturalmente o acordo dos Vereadores do Partido Socialista, que tinham apresentado uma proposta alternativa, a qual, como era normal em política e em democracia, tinha sido vencida e, portanto, a Câmara Municipal mantinha assim a proposta dos anos anteriores.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a referir que a derrama não era um imposto tão injusto quanto parecia, nem era tão difícil quanto parecia, porque a verdade era que apenas seriam taxados os lucros das empresas, portanto, só aquelas que apresentavam lucro pagavam a derrama.-----

----- Disse, também, que a proposta da maioria no Executivo ainda mantinha as mesmas regras, porque o tempo não demonstrava assim uma crise tão grande, uma vez que em dois mil e dez a Câmara Municipal tinha recebido, de derrama, trezentos e sessenta mil euros, e em dois mil e onze quatrocentos e vinte e um mil euros, e nos primeiros meses de dois mil e doze já



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha recebido duzentos e cinquenta e nove mil. Acrescentou, então, que apesar de não gostarem do imposto, não deixava de ser um sinal positivo, de que havia muitas empresas no concelho que ainda davam lucro. Para além do que, na sua opinião, eram aqueles que tinham que deveriam dar para os que não tinham, e não era fazer como o Governo, que tirava aos trabalhadores e dava às empresas, curiosamente às mais ricas, apesar de não compreender como algumas pessoas defensoras de certas coisas ainda poderiam dizer o contrário.-----

----- Concluiu, assim, que a Câmara de Anadia era o contrário, ia buscar onde havia, com legitimidade, e naturalmente que o ia procurar gastar da melhor forma possível, estando, para isso, os Senhores Deputado sempre disponíveis para fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Portanto, disse ser aquela a proposta que pretendiam ver aprovada.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes na sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por referir que à semelhança de outros anos, eram chegados ao momento em que a Câmara Municipal teria, de facto, uma oportunidade clara e objetiva de incentivar o investimento e de dinamizar, ou pelo menos tentar dinamizar, a atividade económica da região, criando algum tipo de atração para o concelho.-----

----- Continuando, disse que à semelhança de outros anos, também, e tendo presente que o município tinha, e comprovadamente isso vinha sendo repetido na Assembleia Municipal, condições de equilíbrio financeiro para fazer algo diferente do que taxar pelo máximo, os Vereadores do PS tinham proposto uma vez mais uma redução da taxa na derrama de um e meio por cento para um por cento. Lamentou, entretanto, o facto de essa proposta não ter sido atendida, mas adiantou que o mais preocupante para os Deputados do Grupo Municipal do PS era não verem outras medidas, nem outros incentivos de estímulo à fixação de empresas e à criação de emprego. Aliás, referiu que a somar ao argumento de que aquela cobrança seria destinada para fazer face a despesas, nomeadamente de saneamento, o Senhor Deputado disse que o Grupo Municipal pretendia deixar ao Senhor Presidente da Câmara algumas preocupações concretas de algumas empresas, instaladas na Zona Industrial de Alféloas. Adiantou, assim, tratar-se de empresas que trabalhavam no setor alimentar e no setor da saúde, que apesar de serem empresas certificadas pela sua qualidade, tinham a certificação em risco, pelo facto de terem condições absolutamente lamentáveis, e o negócio prejudicado. Concluiu, informando que essas empresas tinham feito chegar essas preocupações à Câmara.-----

----- A terminar, referiu que o Senhor Presidente tinha falado de números, mas os Deputados do Grupo Municipal do PS estavam a falar de situações concretas, do facto de ser importante, de uma vez por todas, dar um jeito àquela Zona Industrial de Alféloas, entre outras. E, por isso, declarou que a proposta e a preocupação dos Deputados do Grupo Municipal do PS era no sentido de atrair empresas, de criar condições para as empresas já instaladas no concelho



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serem mais fortes, mas tal também dependia da Câmara, pelo que consideravam importante que a Câmara olhasse para essas situações em concreto e fizesse alguma coisa por elas.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenção no âmbito da discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que referiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "O Grupo Municipal do CDS-PP Partido Popular de Anadia, considerando que a política de âmbito municipal constitui um relevante instrumento de gestão do território e reforço do tecido social e económico dos municípios, se acompanhados, propõe a esta Assembleia, ao abrigo do disposto na alínea q) do número um, e na alínea h) do número dois do artigo cinquenta e três da lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, com as devidas atualizações, delibere:-----

----- por uma política ativa de atração de investimento e de fixação, o lançamento de uma taxa de derrama equilibrada, ou o seu não lançamento, permitirá captar novas empresas, criar mais empregos e mantê-los, gerar riqueza e, a prazo, aumentar as receitas municipais;-----

----- a necessidade de aumentar a competitividade territorial num cenário de forte concorrência na captação do investimento privado tem levado um número crescente de municípios a reduzir as taxas de derrama, ou até, em muitos casos, a optar pelo não lançamento deste imposto municipal;-----

----- a redução ou eliminação da derrama, a aplicar em dois mil e doze, permitirá diferenciar positivamente o município de Anadia, dando aos agentes económicos um sinal claro do interesse deste município em novos projetos empresariais;-----

----- o recente encerramento de diversas empresas sediadas em Anadia, veio confirmar a debilidade do tecido económico do município, agravando os preocupantes níveis de desemprego que se verificam na área geográfica do concelho;-----

----- a fragilidade do setor empresarial de Anadia leva a que diariamente grande parte da população tenha que deslocar-se para os seus postos de trabalho localizados em municípios vizinhos, originando fluxos pendulares que degradam, de forma insustentável, a qualidade de vida dos cidadãos.-----

----- Podendo a taxa da derrama variar entre zero e um e meio por cento, e cientes de que é preciso criar estímulo e incentivo ao empreendedorismo, bem como a criação de mais postos de trabalho, e de que o tecido empresarial é bastante heterogéneo, torna-se necessária, por aplicação do princípio da igualdade constitucionalmente consagrado, uma discriminação positiva das empresas;-----

----- Propõe que esta Assembleia, ao abrigo do disposto da alínea q) do número um, e alínea h) do número dois do artigo cinquenta e três da lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, delibere:-----

----- o não lançamento de derrama sobre a coleta do IRC, imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas referente ao ano de dois mil e doze;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- ou, se assim não se entender, subsidiariamente, o lançamento de uma derrama de um por cento sobre a coleta do IRC, imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, com exceção das micro e pequenas empresas que têm a taxa reduzida em cinquenta por cento, o que significa que as empresas com um volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros só são tributadas em meio por cento referente ao ano de dois mil e doze.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, de acordo com a legislação e o RAMA, as propostas que tinham chegado à Mesa iriam ser votadas e adiantou que a serem admitidas, depois a Câmara Municipal, ou o Executivo, decidiria pela manutenção da sua posição, ou, preferindo, pela sua alteração.-----

----- Reforçou, assim, haver duas propostas e, prontamente, iniciou a votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, de fixação da taxa de derrama em um por cento.-----

----- Decorrida a votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, de fixação da taxa de derrama em um por cento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido votada por trinta e cinco Senhores Deputados e tinha colhido vinte e cinco votos contra, nove votos a favor e uma abstenção, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Anunciado o resultado da votação, e seguindo o mesmo princípio, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação da primeira proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, de não lançamento de derrama sobre a coleta do IRC referente ao ano de dois mil e doze.-----

----- Finalizada a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, de não lançamento de derrama sobre a coleta do IRC referente ao ano de dois mil e doze tinha sido votada por trinta e cinco Senhores Deputados e tinha obtido trinta e três votos contra, dois votos a favor e zero abstenções, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não tendo sido aprovada a primeira proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, existia uma segunda proposta, apresentada pelo mesmo Grupo Municipal em alternativa à primeira, de lançamento de uma derrama de um por cento sobre a coleta do IRC, imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, com exceção das micro e pequenas empresas que têm a taxa reduzida em cinquenta por cento, o que significa que as empresas com um volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros só são tributadas em meio por cento referente ao ano de dois mil e doze.-----

----- Iniciada a votação da segunda proposta, apresentada pelo mesmo Grupo Municipal em alternativa à primeira, de lançamento de uma derrama de um por cento sobre a coleta do IRC, com exceção das micro e pequenas empresas que têm a taxa reduzida em cinquenta por cento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido votada por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trinta e cinco Senhores Deputados e tinha colhido trinta e três votos contra, dois votos a favor e zero abstenções, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- No seguimento das votações das propostas entretanto apresentadas pelos Grupos Municipal do PS e do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a Proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, oito votos contra dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e duas abstenções, dos Senhores Deputados do PS e Presidentes das Juntas de Freguesia, respetivamente, de Aguiem e de Mogofores, José Cerveira Lagoa e José Maria de Almeida Ribeiro, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto cinco da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, referente ao ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea h), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA*".-----

----- Apresentado o ponto cinco da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que a Câmara Municipal de Anadia não poderia andar em contraciclo com o Governo atual e com o Governo anterior, na medida em que qualquer um deles o que sabia fazer era aumentar os impostos que, sublinhou, eram do povo. E aquele imposto, curiosamente, era do Governo retirado do povo, acrescentou. Por isso, disse que se o governo entendesse dar um desconto no IRS, que o desse ao povo, porque a verdade era que a Câmara Municipal só poderia cobrar cinco por cento dos cem que eram cobrados pelo Governo. No entanto, adiantou que tanto o anterior Governo, como o atual, que tinha entretanto seguido a opção do anterior, diziam que se a Câmara Municipal entendesse poderia abdicar dos seus cinco por cento e devolver ao povo, aliás, à semelhança daquilo que o Partido Socialista queria que a Câmara fizesse no momento, apesar de o não ter feito no passado.-----

----- Explicou, então, que sem dinheiro não haveria obras, e o IRS que ficava para a Câmara correspondia apenas a cinco por cento daquilo que os cidadãos do concelho pagavam. Assim, esclareceu que a Câmara não iria corrigir a sua proposta, porque não era sua intenção corrigir



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as asneiras que os Governos faziam e, portanto, mantinha a taxa dos cinco por cento e não abdicava dela. E, como saberiam, os Vereadores do PS tinham apresentado uma proposta alternativa que tinha saído vencida.-----

----- Continuando, referiu que perante todos os pedidos que diariamente chegavam à Câmara Municipal, nomeadamente de Presidentes de Junta e Associações, se não cobrasse impostos, onde iria arranjar dinheiro para prestar esse apoio. Como tal, disse que não bastava ser agradáveis, até porque as eleições que se aproximavam para breve não o moviam, movia-o, sim, o realismo das situações. E, por isso, achava que quem queria realmente fazer benefícios, que o fizesse do seu bolo, ou seja, quem recebia noventa e cinco por cento e ainda se preparava para aumentar, porque a Câmara só receberia uma percentagem ínfima de cinco por cento. Declarou, assim, que naquele caso a crítica que fazia era dirigida aos governos do PS e aos governos do PSD/CDS porque ambos mantinham as regras.-----

----- Portanto, esclareceu que a Câmara Municipal de Anadia não era uma Câmara de engenharias financeiras, pelo que quem tivesse dúvidas poderia recorrer às contas que elas encontravam-se disponíveis para consulta, sem necessitar da autorização do Presidente da Câmara, porque todos os técnicos estavam autorizados a mostrar, embora alguns fossem desconhecidos. Tudo era transparente e talvez por isso, apesar de tantas denúncias e ameaças, o Presidente da Câmara ainda estava incólume, rematou.-----

----- Terminada a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que o Senhor Presidente não teria prestado muita atenção ao que tinha dito sobre o IRC. Por isso, disse pretender frisar a questão de que, no caso do IRC, a derrama era sobre o lucro total de um e meio por cento e que era bom que as empresas instaladas no concelho sentissem que de facto essas verbas serviam para alguma coisa. Recordou, ainda, que tinha falado ao Senhor Presidente da Câmara da Zona Industrial de Alféolas e esperava que ele tivesse tomado nota da situação.-----

----- No caso do IRS, disse tratar-se de uma situação semelhante, mas com aquela agravante de que quem não tinha trabalho, quem não tinha rendimentos, não poderia contribuir. E, portanto, concluiu que apesar de o Senhor Presidente dizer que não teria de corrigir as asneiras dos anteriores Governos, ao não fazer nada, também estava a pactuar de certa forma com elas.-----

----- Esclareceu, assim, que tinha sido nesse sentido que o Grupo Municipal do PS tinha apresentado uma proposta alternativa, de redução dos cinco por cento para dois e meio por cento. Acrescentou, ainda, que em sua opinião, se havia pessoa naquela Assembleia que estaria confortável para poder dizer “que se lixem as eleições” era o Senhor Presidente da Câmara. Portanto, concluiu que o Senhor Presidente da Câmara estaria muito à vontade, até porque não seria pelas contas do município que essa redução iria fazer moça, pelo que considerava que aquela era uma proposta que não tinha a ver com simpatia, mas tinha a ver



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a importância que aqueles pequenos tostões podiam fazer para algumas famílias.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Relativamente a este ponto, o CDS tem uma proposta para apresentar. O Grupo Municipal do CDS Partido Popular de Anadia, considerando que:-----

----- Os impostos constituem sempre uma restrição ao património, à liberdade de iniciativa dos indivíduos, ao produto do seu trabalho e à livre conformação da vida das famílias e que por essa razão, a prudência e a moderação tributárias são um pressuposto fundamental do governo do bem comum, seja a nível central ou autárquico, mesmo numa conjuntura de crise em que atualmente todos vivemos.-----

----- A fiscalidade assume hoje um papel fundamental na competitividade entre países, regiões e cidades, na atração de pessoas, investimentos, emprego e massa crítica. Em reconhecimento dessa realidade, algumas medidas foram já empreendidas pelo poder central, no sentido de corresponsabilizar os municípios pela prossecução do desenvolvimento económico e social do país, descentralizando poderes, atribuindo-lhe competências e recursos para atuação em diversas áreas.-----

----- Sublinhando essa tendência de repartição dos recursos públicos, entre o Estado e as Autarquias Locais, a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de janeiro, prevê nos seus artigos dezanove número um alínea c) e vinte, uma participação variável de cinco por cento dos municípios no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções legais, sendo que, caso a percentagem do imposto em que o Município decida participar seja inferior à taxa máxima de cinco por cento, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS. Essa participação depende de deliberação do Município sobre a percentagem por si pretendida, a qual deve ser comunicada por via eletrónica, pela respetiva Câmara Municipal, à Direção Geral dos Impostos, até dia trinta e um de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.-----

----- A percentagem máxima de cinco por cento, deste modo dedutível à coleta de imposto, resultou de proposta do CDS, enquanto Governo, CDS-Partido Popular, a qual veio aperfeiçoar em favor dos contribuintes à proposta de lei apresentada pelo Governo Socialista de então, à Assembleia da República, que previa uma participação variável, ou seja, uma possibilidade de dedução e apenas três por cento.-----

----- A conjuntura económico-social presente é de extrema dificuldade para a maioria das famílias portuguesas, pelo que, para além das razões legais e de princípio que atrás se expuseram, o próprio contexto atual exige todas as medidas possíveis e adequadas à devolução do seu poder de compra e ao restauro da sua estabilidade financeira, desde logo, em primeira linha, aquelas que permitam a atenuação dos encargos fiscais incidentes sobre o produto do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalho de cada um.-----

----- Propõe que esta Assembleia, ao abrigo do disposto na alínea q) do número um e alínea h) do número dois do artigo cinquenta e três da lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, delibere:-----

----- A) uma participação de dois e meio por cento do Município de Anadia no IRS coletado no ano de dois mil e doze aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na sua circunscrição territorial;-----

----- B) A recomendação à Câmara Municipal para que, em conformidade, cumpra o dever, o prazo e o meio de comunicação dessa deliberação à Direção Geral dos Impostos, tal como prescrito no número dois do artigo vinte da Lei das Finanças Locais;-----

----- C) E para que tenha em conta os eventuais efeitos da mesma deliberação na elaboração das opções do plano e da proposta de orçamento para dois mil e treze.”-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado João Morais passou a apresentar a posição da CDU em relação àquele ponto. Assim, declarou que, tendo em conta que os sucessivos governos vinham confrontando os trabalhadores cada vez com mais aumentos de impostos e redução dos seus vencimentos, bem como dos pensionistas, o Grupo Municipal da CDU não poderia estar realmente de acordo com a proposta apresentada, ainda mais desconhecendo o que estaria previsto no próximo Orçamento de Estado que estava a ser elaborado. Por essa razão, declarou que a CDU era contra qualquer aumento da taxa de participação no IRS.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou que a proposta do Grupo Municipal do PS e a proposta do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular eram iguais, referindo ambas dois e meio por cento.-----

----- Entretanto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se alguma vez a Direção Geral dos Impostos tinha comunicado à Câmara Municipal que não tinha sido feita dentro dos prazos legais a comunicação que lhe era imposta, ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, prontamente, respondeu que se tal acontecesse o imposto não seria cobrado, por ser uma obrigação da Câmara. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou, ainda, que competiria à Assembleia Municipal aprovar, ou não, a forma como a Câmara Municipal, ou o Executivo Municipal, iria, depois, distribuir aqueles dividendos.-----

----- De seguida, e no sentido de tentarem perceber a diferença entre as duas propostas apresentadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado Rui Marinha referiu que o que estava em causa na votação de uma proposta não era unicamente o quantitativo, era todo um conjunto de pressupostos e todo um conjunto de alíneas que vinham a seguir ao quantitativo. Acrescentou, também, que quando



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votavam uma proposta, votavam no seu todo e não votavam partes da proposta, pelo que era nesse sentido que dizia que as propostas não eram iguais.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, entretanto, que os considerandos, salvo melhor opinião jurídica, não eram propostas, e uma coisa era considerandos, que o Grupo Municipal tinha colocado antes de, e outra coisa era uma proposta. Adiantou, ainda, que a Assembleia Municipal votava propostas e não considerandos e recordou que a proposta do Grupo Municipal do PS era apresentada no sentido de a participação do Município no IRS ser de dois e meio por cento, transferindo, desse modo, os outros dois e meio por cento para os contribuintes, e a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular dizia uma participação de dois vírgula cinco por cento do Município de Anadia no IRS coletado no ano de dois mil e doze aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na sua circunscrição territorial. Não obstante, referiu que entendendo os Senhores Deputados que as propostas teriam de ser votadas separadamente, assim seria feito.-----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que em função dos considerandos das propostas, tinha algo a dizer, sublinhando o facto de a proposta da Câmara se manter inalterada.-----

----- Começou, assim, por dizer que seria conveniente ser ali feita política coerente. Passando a explicar, recordou que na questão da derrama, a proposta do Partido Socialista implicava que a Câmara deixasse de receber cinquenta e quatro mil e sessenta e quatro vírgula setenta e nove euros, o que correspondia a um terço, porque a Câmara, em termos de previsão, iria receber cento e sessenta mil.-----

----- Já no IRS, constatou que o assunto era mais sério, porque a Câmara Municipal de Anadia, em dois mil e dez, tinha recebido da sua participação em IRS setecentos e trinta e oito mil euros, e em dois mil e onze setecentos e dez mil oitocentos e catorze, tendo uma previsão para dois mil e doze de setecentos e vinte e cinco mil. Então, referiu que o problema que se punha era que em setecentos da proposta do Executivo, com a proposta do PS, assim como a do CDS, que em termos numéricos eram iguais, a Câmara receberia menos cinquenta por cento. Perante aqueles factos, submeteu à consideração dos Senhores Deputados, independentemente do partido a que estivessem associados, se realmente entendiam que uma Câmara pequena como a de Anadia poderia prescindir de trezentos e setenta mil euros, mais aqueles quatrocentos e tal mil euros que teriam sido se a Assembleia tivesse decidido, em cima de quinhentos e tal mil euros que o Estado lhe cortava. Comentou, de seguida, que em sua opinião, pelo menos os Presidentes de Junta deveriam ter vergonha de vir pedir dinheiro à Câmara, se tal se concretizasse, porque não saberia onde o ir buscar.-----

----- Portanto, sugeriu aos Senhores Deputados para ponderarem aquele IRS, até porque quem iria beneficiar da taxa reduzida seriam as pessoas com vencimentos altos, as que ganhavam muito. Não deixou, no entanto, de perguntar onde estava a equidade com o que estavam a propor, e recomendou, mais uma vez aos Senhores Deputados para ponderarem a situação e olharem pelo concelho, porque, apesar como a Câmara não iria abdicar da sua proposta e iria



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

receber aqueles valor, já para os munícipes não seria a mesma coisa.-----

----- Acrescentou, ainda, que aquela medida, tal como estava apresentada, beneficiaria os grandes, aqueles que tinham grandes ordenados, de dois, três mil euros e não prejudicaria, naturalmente, o indivíduo que tinha quinhentos, seiscentos euros de ordenado. Essa era a verdade dos factos e quem não a quisesse ver que lhe explicasse o contrário. Ressalvou, no entanto, não estar a querer condicionar o voto dos Senhores Deputados, mas tinha que esclarecer. Portanto, concluiu dizendo que os Senhores Deputados iriam fazer como entendessem, mas teriam de concordar com o facto de a questão ser mais política do que objetiva, essa era a verdade.-----

----- Para uma segunda intervenção naquele período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado André Henriques esclareceu que tinha solicitado a palavra para dizer ao Senhor Presidente que eram candidatos. Acrescentou que para ser candidato, o Presidente teria de ter algumas qualidades e algumas capacidades, sendo uma delas, muito importante, a de conseguir ver as coisas nos dois sentidos, em vários ângulos, e não apenas num sentido. Referiu, ainda, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava a ver no sentido do cobrador, dizendo que teria menos trezentos e cinquenta mil euros na Câmara, mas que também teria de no sentido do pagador. Portanto, concluiu que o Senhor Presidente também deveria ter a capacidade de ver as centenas ou milhares de pessoas, ou de famílias, que pagariam menos.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o Senhor Deputado, ao dizer que era candidato e propor que não cobraria impostos, iria mentir ao povo. Perguntou, então, como poderia governar, que candidato seria, que esperança poderiam ter num indivíduo que não cobrava impostos. Não deixou de estranhar a atitude do Senhor Deputado e perguntou como, sendo o Senhor Deputado ligado ao setor, fazia as suas contas, se não era com aquilo que recebia, porque parecia que era só com aquilo que pagava.-----

----- Terminou, comentando que por isso o país tinha os governos que tinha, com gente que levianamente pensava que dinheiro era realmente conversa fiada. No entanto, não deixou de referir que o povo vinha sendo inteligente e iria saber escolher, com todos aqueles candidatos.--

----- Dando seguimento ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado Sidónio Simões disse concordar parcialmente com o Senhor Presidente da Câmara, porque aquele imposto deveria ser escalonado, colocando, se calhar, inferior a mil e quinhentos e superior a mil e quinhentos, sendo que no escalão superior a mil e quinhentos, todos pagariam a taxa, e no escalão inferior a mil e quinhentos, ou mil, porque um casal que ganhasse mil e quinhentos não vivia com tanta facilidade como poderiam pensar se tivesse



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

filhos, poderiam escalonar e chegar a um meio termo, que seria mais justo para todos. Isso porque o valor que o Senhor Presidente tinha falado não era assim tão exagerado, atendendo a que o lucro de uns milhões verificado em dois mil e onze também compensava.-----

----- Além disso, adiantou que o IRS também viria trazer mais algum, apesar de reconhecer que a Câmara já tinha perdido, mas como o tempo das vacas gordas já tinha passado, como se costumava dizer, agora havia que tentar ajudar minimamente, ser um bocadinho sensíveis e tentar ajudar aquelas pessoas que mais precisavam.-----

----- A concluir, não deixou de concordar com a opinião do Senhor Presidente da Câmara, de que uma pessoa que ganhasse cinco mil euros, ou quatro mil, ou três mil, não deveria ter qualquer redução, mas já quanto a um casal que vivia com quinhentos euros cada um, ou em valores mais baixos, achava que deveriam ter isso em consideração.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que fez a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Senhor Presidente da Câmara, as suas explicações já não convencem ninguém. O Senhor quer saber onde é que arranjava dinheiro, não era continuar a ter os Presidentes de Junta como reféns, não. Isso é o que o Senhor quer e acabou de dizê-lo. É verdade, o Senhor tem os Presidentes de Junta como reféns, inclusivamente eleitos pelo PS que votam a favor da Câmara Municipal de Anadia, que é maioritariamente PSD. E eu sei por quê, e o Senhor também. E todos sabemos aqui. O Senhor tem os Presidentes de Junta como reféns porque, senão, não lhes dá umas migalhas para eles andarem a tratar do que efetivamente os fregueses precisam. Não tem protocolos de jeito entre as Freguesias. É uma vergonha o que se passa em Anadia. A verdade é essa. Têm que andar aqui estes homens, a trabalhar a sol e sol, a terem que servir de párocos muitas vezes, como falou muito bem ali o Presidente de Junta da Freguesia de Mogofores, para receberem umas migalhinhas, para andarem a tapar os buracos, porque não há uma política de jeito no que diz respeito a protocolos com as Juntas de Freguesia para terem competências como deve ser.-----

----- Para terminar. Onde é que o Senhor ganha dinheiro? Olhe, aqui o antigo edifício dos Serviços Municipalizados está devoluto. Venda os apartamentos a um preço menor. Por que é que ainda não os vendeu? Para ganhar uns bons milhares de euros que estão ali enterrados na sua má governação. Olhe, menos empréstimos. Se o Senhor pedir menos empréstimos não tem que andar a fingir que tem muito dinheiro. E menos elefantes brancos como o Velódromo e este que está aqui ao lado da sua Câmara, Senhor Presidente. É muito simples. Basta é ter vontade. E isso o Senhor não tem. Muito obrigado."-----

----- Na sequência da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que quando o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado falava do Presidente da Câmara como responsável, falava de património adquirido. Aproveitou para relembrar o Senhor Deputado que o Governo que o Senhor Deputado estava a suportar, vendia tudo e era isso que o Senhor fazia em Anadia.-----

----- Entretanto, disse que não iria responder, mas gostava que um Presidente de Junta o fizesse, porque esses, sim, teriam de defender a honra deles. Contudo, esclareceu que não havia nenhum Presidente que fosse pedinte, ou que alguma vez se tivesse sentido pressionado ou escravizado em termos de votação, nem os do PS. Portanto, declarou que as afirmações do Senhor Deputado o ofendiam a ele, mas ofendiam mais os Presidentes de Junta.-----

----- Não deixou, também, de esclarecer que essa não era a forma de lidar da Câmara e que havia felizmente Presidentes que eram independentes, outros do PS e outros do PSD, e nunca os tinham ido para o jornal dizer que o Presidente da Câmara lhes tinha negado o que quer que fosse, por qualquer problema, desentendimento ou motivação política.-----

----- Terminou, declarando que as afirmações do Senhor Deputado eram graves, mas também o Senhor Deputado só dizia coisas dessa natureza, gravidade em cima de gravidade.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado revelou ser com alguma tristeza que via naquela Assembleia uma discussão que não os levava a lado algum. Considerou, então, que o povo do concelho de Anadia, e muito especialmente o da Freguesia de Ancas, que o tinha elegido há quatro mandatos consecutivos, tinha feito a escolha que melhor entendia e vinha sendo bem servido.--

----- Informou, entretanto, que, nem para ser refém da Câmara Municipal, nem tendo-se constituído como seu advogado de defesa, a Câmara Municipal já tinha, durante o presente ano, e sem as Juntas de Freguesia pedirem qualquer verba, disponibilizado, por duas vezes, verbas para obras a efetuar nas freguesias. Além disso, informou que também tinha apoiado outras obras que os Presidentes de Junta, e ele, especialmente, entendiam pedir, em função das pretensões dos fregueses da Freguesia a que presidia, e que lhe iam solicitando. Assim, concluiu que a Câmara Municipal, efetivamente, vinha cumprindo com as suas obrigações, pelo menos, no que tocava à Freguesia de Ancas.-----

----- Não deixou, igualmente, de reconhecer que os Presidentes de Junta nunca estavam satisfeitos com aquilo que faziam, e queriam sempre mais, assim, como provavelmente a Câmara Municipal. Contudo, disse pensar que não seria com discussão daquele género que o povo do concelho iria optar por soluções diferentes daquela que tinham optado até àquele dia.--

----- Portanto, e ressalvando o facto de não pretender dar lições de moral ao Senhor Deputado, disse que com certeza a maior parte dos Deputados daquela Assembleia estaria muito triste porque, em vez de verem um Deputado Municipal defender os interesses de uma forma correta, viam um Deputado ir para a Assembleia fazer política de uma forma diferente. Considerou, também, que o Senhor Deputado não deveria ir para a Assembleia com atitudes de aparente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gozo, tanto para o Presidente da Câmara como para os seus Vereadores, que pelo menos era aquela a ideia que tinha, nem com aquele tom de voz jocoso que também lhe parecia usar, e concluiu que, não estando a dizer que fosse, mas se não era, então, disse que o Senhor Deputado deveria retratar-se naquela Assembleia para que todos pudessem ficar com aquela dúvida dissipada.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que proferiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Senhor Arménio Cerca, Presidente da Junta de Ancas, longe de mim, em qualquer momento do meu mandato político, pôr em causa o trabalho, como mencionei, e muito bem, logo no início antes de proferir as palavras que proferi, o trabalho que os Presidentes de Junta têm feito no Município de Anadia. Longe de mim. Se há exemplo de política ativa e de proximidade neste concelho, é o trabalho que os Presidentes de Junta efetuam todos os dias junto dos seus fregueses. Longe de mim. Não há aqui nenhum gozo. Há é preocupação. Há uma preocupação que é grave, como disse o Senhor Presidente, que uns pacotes de arroz e de massa, são os euros de que nós estamos a falar para o Senhor Presidente de Câmara não são muito importantes. Mas para muitas das famílias de Anadia são o único sustento. E se há aqui alguém que goza connosco, esse alguém tem sido o Executivo Camarário, no qual o Senhor votou e foi eleito por ele, que é o PSD. Muito obrigado."-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Lagoa, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim.-----

----- Na sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado José Lagoa começou por cumprimentar os presentes. Pegando nas palavras do Senhor Presidente, declarou não estar ofendido, porque só o ofendia quem queria, e não seriam vozes de algumas pessoas que ofendiam a sua honra como Presidente de Junta. Declarou, ainda, que passava por cima, porque eram tão baixos os termos utilizados, que deixava correr como a água que passava por baixo de pontes.-----

----- No entanto, disse pretender dizer que as Juntas, muitas vezes, tinham de pedir ao Senhor Presidente da Câmara e mendigar algumas coisas, como era natural. Mas adiantou que a culpa também não era da Câmara. A culpa era principalmente dos governos, e do governo onde estava o CDS, que até então nunca tinha definido, claramente, os direitos e os deveres das Juntas de Freguesia. Assim, acrescentou que isso é que gostaria de ver no Senhor Deputado, a força de dizer que também iria pugnar pelos Presidentes de Junta, e não dizer que os Presidentes de Junta trabalhavam, porque ele sabia o que trabalhava, sabia que até andava com os elementos das Finanças a fazer medições, por não ter mais ninguém.-----

----- Lamentou, entretanto, o facto de haver pessoas que para ali se iam sentar fazer política, dizendo que os Presidentes de Junta estavam dependentes, quando havia situações no terreno que nem sabiam como funcionavam, comentando que, naturalmente, vivia sempre dependente,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que estava dependente da sua esposa, como ela estava dependente dele, porque todos na vida eram dependentes. E acrescentou que se era isso que o Senhor Deputado queria dizer em relação à Câmara, afirmou que então lhe poderia dizer que estava igualmente dependente da Câmara, ainda que lhe garantisse, também, que o Senhor Presidente estaria dependente dele, porque a vida era uma dependência.-----

----- Finalizou, dizendo que sobre o assunto não pretenda dizer mais nada ao Senhor Deputado, porque já tinha ouvido do Senhor Deputado tanta coisa, inclusivamente dizer coisas que depois dizia que não tinha dito. Por isso, disse que agradecia que o Senhor Deputado quando tocasse nos Presidentes de Junta o excluísse sempre, dizendo com exceção do Presidente da Junta José Lagoa.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, entretanto, não concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco pelo facto de o mesmo já ter excedido o tempo definido no Regimento para o seu Grupo Municipal intervir. Aproveitou, igualmente, para dizer ao Senhor Deputado para recorrer aos tribunais como tinha dito anteriormente. Não deixou, ainda, de reiterar o facto de o Senhor Deputado ter sido tão desonesto para com a Assembleia e o seu Presidente, que nem sequer tinha tido o desplante, depois das acusações que tinha feito, de se apresentar para ouvir o que tinha dito e que se encontrava transcrito na ata. Concluiu, comentando que o Senhor Deputado vinha falar de moralidade quando não tinha sequer o cabimento para fazer isso e informou-o que não poderia intervir mais naquele período de discussão o ponto cinco da ordem do dia.-----

----- Prontamente, deu início à votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, no sentido de a participação do Município no IRS ser de dois e meio por cento, transferindo, desse modo, os restantes dois vírgula cinco por cento para os contribuintes.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, no sentido de a participação do Município no IRS ser de dois e meio por cento, transferindo, desse modo, os restantes dois vírgula cinco por cento para os contribuintes, tinha sido votada por trinta Senhores Deputados e tinha colhido seis votos a favor, vinte e um voto contra e três abstenções, encontrando-se ausentes os Senhores Deputados António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS, António Guilherme Andrade, Henrique Lameirinhas Rodrigues e Mário Heleno, os três últimos do Grupo Municipal do PPD/PSD, e respetivamente, Presidentes das Juntas de Freguesia da Moita, de Óis do Bairro e de Vilarinho do Bairro.-----

----- Entretanto, passou à votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, no sentido de a Assembleia deliberar: uma participação de dois e meio por cento do Município de Anadia no IRS coletado no ano de dois mil e doze aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na sua circunscrição territorial; recomendar à Câmara Municipal para que, em conformidade, cumpra o dever, o prazo e o meio de comunicação dessa deliberação à Direção Geral dos Impostos, tal como prescrito no número dois do artigo vinte da Lei das Finanças



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Locais, e para que tenha em conta os eventuais efeitos da mesma deliberação na elaboração das opções do plano e da proposta de orçamento para dois mil e treze. Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular tinha sido votada por trinta e um Senhores Deputados e tinha colhido dois votos a favor, vinte e dois voto contra e sete abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e do Senhor Deputado José Maria de Almeida Ribeiro, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Votadas as propostas dos Grupos Municipais do PS e do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a Proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, referente ao ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea h), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, referente ao ano dois mil e doze, de acordo com o estabelecido na alínea h), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e Presidentes, respetivamente, da Junta de Freguesia de Aguim e da Junta de Freguesia de Mogofores, José Cerveira Lagoa e José Maria de Almeida Ribeiro, oito votos contra, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e zero abstenções, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto cinco da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto seis da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos investimentos: "Centro Escolar de Sangalhos"; "Beneficiação do troço entre a EM 612 e a Rotunda da EN 1/IC 2 (Rotunda da EB 2/3 de Anadia)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação do Cruzamento da EN 334 (São Lourenço do Bairro) ao Cruzamento da EN 333-1 (Ancas)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação da EM 602, entre a Rotunda de Levira e o Cruzamento com o CM 1670"; "Beneficiação do CM 1670, entre os Cruzamentos da EM 602 e da EM 630"; "Beneficiação do troço da EM 331, entre a Relvada e a EM 602 (Bemposta)" e "Pista de BMX", de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA".-----*

----- Apresentado o ponto seis da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, dado o adiantado da hora e alguma agitação verificada naquela sessão da Assembleia, e porque em sua opinião, o problema de um empréstimo deveria ser discutido numa sessão da Assembleia tranquila, como responsável pela proposta, tinha decidido retirar a proposta e apresentá-la numa próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse tratar-se de um direito que assistia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo que informou o plenário que o ponto seis da ordem do dia tinha sido retirado pelo seu proponente, pelo que não iria estar a discussão naquela sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Antes de passar ao período de intervenção do público, perguntou aos membros da Assembleia presentes na sessão se todos já tinham a convocatória para a sessão extraordinária que iria ter lugar no dia oito de outubro, e a respetiva documentação. Entretanto, disse pretender proceder a uma explicação relativamente à questão das senhas de presença, no que dizia respeito ao pagamento dos Senhores Deputados reformados.-----

----- Passou a explicar que a mesma entidade que em maio lhes chamava a atenção de que era ilegal o pagamento das senhas de presença aos Senhores Deputados Municipais, era a mesma entidade que no final do mês de agosto os tinha contactado, embora de forma informal, para repor essa situação. Por esse facto, disse ter solicitado de imediato aos serviços de apoio à Assembleia Municipal que lhe fosse dada uma listagem dos Senhores Deputados que não tinham recebido esse valor das senhas de presença e tinha sido efetuado o pagamento das mesmas, tendo ficado a faltar algumas pessoas porque não tinham vindo entretanto à Câmara Municipal e, portanto, informou que os cheques tinham sido entregues naquele dia. Acrescentou, ainda, que, para já, parecia que toda a gente poderia receber aquelas senhas, à exceção de alguns que ainda continuavam a não poder. Mas, concluiu que os que estavam presentes naquela sessão da Assembleia todos poderiam e, por isso, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, porque o dinheiro era da Câmara Municipal, não era da Assembleia, esses pagamentos tinham sido feitos.-----

----- Prestados os esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia, passando, desde logo, ao período de intervenção do público.-----

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA, anunciou que não iria haver lugar a intervenção do público naquela sessão ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e doze.-----

----- Entretanto, deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta, por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, subscrita pela sua líder, a Senhora Deputada Municipal Lúcia Araújo, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, aprovar em minuta os pontos dois, três, quatro e cinco da ordem do dia, a fim de produzirem efeitos de imediato.-----

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro e cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, um voto contra, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e zero abstenções, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Decorrida a votação da proposta apresentada pela líder do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao plenário de que tinha dado entrada um requerimento, no decorrer daquela sessão que se encontrava prestes a terminar, do Senhor Deputado José Cerveira Lagoa, eleito como independente nas listas do Partido Socialista, que respeitosamente solicitava à Mesa para que a partir da próxima sessão da Assembleia passasse a ser considerado como independente, ou seja, sem qualquer Grupo Municipal. Referiu, então, que a Mesa teria apenas de aceitar a comunicação efetuada pelo Senhor Deputado, adiantando que a partir da próxima sessão o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguim iria passar a estar como independente naquela Assembleia Municipal.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a participação de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e oito de setembro de dois mil e doze, quando eram vinte horas e cinquenta e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -